



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 58

TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 54ª SESSÃO, EM 12 DE ABRIL DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nºs 154 e 155/93 (nºs 173 e 174/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Requerimentos

— Nºs 334 e 335/93, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando licença dos trabalhos da Casa nos dias 7, 12 e 13 do corrente mês. **Votação adiada**, por falta de quorum.

— Nº 336/93, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando licença dos trabalhos da Casa no dia 12 do corrente mês. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Nº 337/93, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, solicitando licença autorizada nos dias 1º, 3 a 5, 8, 10 a 12, 16, 18, 19, 25 e 26 de fevereiro do corrente ano. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Nº 338/93, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da entrevista feita com o Senador Esperidião Amin e publicada no *Correio Braziliense* no dia 12 de abril sob o tema **Governo empurra o PPR para a oposição**.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº 968/93, da Coordenadoria-Geral de assuntos Externos da Secretaria do Tesouro Nacional, encaminhando ao Senado Federal a documentação referente às despesas de operações externas relativas aos Contratos de Regularização dos juros devidos em 1989/1990.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES — Falecimento do Padre Antônio da Silveira Paixão, ocorrido em Salvador — BA.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Congratulações à Mesa Diretora pela revogação do Ato do Primeiro Secretário nº 2/93.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46/92-Complementar). **Votação adiada** por falta de quorum.

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de auditoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei nº 67/92-Complementar). **Votação adiada** por falta de quorum.

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública. **Votação adiada** por falta de quorum.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Encontros de S. Exª com diversos Ministros de Estado no propósito de mostrar as vantagens da introdução no Brasil do Programa

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semana) Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

de Garantia de Renda Mínima, defendido em projeto de lei de sua autoria aprovado no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados. Considerações sobre artigos do jornalista Luiz Nassif, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, argumentando o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN.

SENADOR JONAS PINHEIRO, como Líder — Preocupação diante da proximidade do encerramento do contrato de exploração das jazidas de manganês, localizadas no Município de Serra do Navio — AP, por **Holding** de empresas multinacionais e a conseqüente sobrevivência do Município.

SENADOR ODACIR SOARES, como Líder — Considerações sobre a inquietação nos meios militares devida à insatisfação com os soldos. Objetividade na solução desta reivindicação justa.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Apelo em favor da preservação da Embraer.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Homenagem de pesar pelo falecimento do escritor Américo Lourenço Jacobina Lacombe.

SR. PRESIDENTE — Associa-se, em nome da Mesa, às homenagens prestadas pelo Sr. Nelson Carneiro.

SENADOR RONAN TITO — Correção mensal dos salários proposta pelo Deputado Paulo Paim. Reforma tributária. Criação de uma comissão informal do Congresso Nacional para antecipar estudos sobre tributos, visando a próxima reforma constitucional.

SENADOR ÁUREO MELLO — Falecimento do escritor brasileiro Clairé de Souza Pires.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Lançamento do livro **Aventura Editorial de Pinto de Aguiar**, pelos Instituto Baiano do Livro, Assembleia Legislativa da Bahia e Academia de Letras da Bahia, em homenagem ao fundador da Editora Progresso. Transcrição, nos Anais do Senado, dos artigos publicados no jornal *A Tarde: Um idealista chamado Pinto de Aguiar*, de Julio Lobo, edição de 23-3-93; *Aventura e realização de Pinto de Aguiar*, de Thales de Azevedo, edição de 2-4-93; *A EFBA e o acervo de Pinto de Aguiar*, de João Carlos Teixeira Gomes, edição de 3-4-93.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Proibição de associações medicamentosas determinada pelo Governo.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Término de prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nº 113 e 118/92 (nº 2.453/91 e 5.579/90 na Casa de origem), sendo que aos mesmos não foram oferecidas emendas.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — RETIFICAÇÕES**

Ata da 34ª Sessão, realizada em 22-3-93

3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 49, de 1993**4 — ATOS DO PRESIDENTE**
Nº 256 a 259, de 1993
Nº 538, de 1991, (apostila)**5 — ATAS DE COMISSÃO****6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****SUMÁRIO DA ATA DA 35ª SESSÃO,
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1993**
Retificação

Na publicação do Sumário, feita no DCN, Seção II, de 24-3-93, na página nº 2608, 2ª coluna, na apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 393/91-Complementar, constante do item 1.3 — **ORDEM DO DIA**,

Onde se lê:

Votação adiada para reexame...

Leia-se:

Votação adiada para exame...

**SUMÁRIO DA ATA DA 37ª SESSÃO,
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1993**

Retificação

Na publicação do DCN, Seção II, de 25 de março de 1993, na página 2656, 2ª coluna, no item 1.2.9

— **Requerimentos**

Onde se lê:

— Nº 273/93, de autoria do Senador Almir Gabriel, solicitando sejam considerados como de licença autorizada os dias 1º, 3, 5, 11, 12,...

Leia-se:

Nº 273/93, de autoria do Senador Amir Lando, solicitando sejam considerados como de licença autorizada os dias 1º, 3, 5, 8, 11, 12,...

Ata da 54ª Sessão, em 12 de abril de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Francisco Rollemberg

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. ACIAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Aluizio Bezerra – Bello Parga – Carlos De'Carli – Chagas Rodrigues – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Francisco Rollemberg – Gilberto Miranda – Hydelkel Freitas – Jarbas Passarinho – João França – Jonas Pinheiro – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Mansueto de Lacerda – Mauro Benevides – Nabor Júnior – Odacir Soares – Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De Agradecimento de Comunicações:

Nº 154, de 1993 (nº 173/93, na origem), de 7 do corrente, referente ao término do prazo, sem deliberação pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória nº 312, de 1993, constante da Mensagem CN nº 2, de 1993.

Nº 155, de 1993 (nº 174/93, na origem), de 7 do corrente, referente à aprovação da matéria constante da Mensagem SM nº 56, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 334, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 56, II, da Constituição Federal, e do artigo 43, II do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja considerada como licença o meu afastamento dos trabalhos desta Casa no dia 7 do corrente mês, quando

estarei participando de reunião com Vereadores da União por Santa Catarina, em Florianópolis.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1993. — Senador Esperidião Amin.

REQUERIMENTO Nº 335, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 56, II da Constituição Federal, e do artigo 43, II do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja considerada como licença o meu afastamento dos trabalhos desta Casa nos dias 12 e 13 do corrente mês, quando estarei participando de Debate sobre Forma e Sistema de Governo, no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina, em Florianópolis, e da TELEXPO/93 — 3º Congresso Internacional de Telecomunicações e Teleinformática, em São Paulo, onde estarei abordando o tema: "Privatização e Monopólio dos Serviços de Telecomunicação".

Sala das Sessões, 6 de abril de 1993. — Senador Esperidião Amin.

SINDASPI, 90-93/Of. nº 95/93

Florianópolis, 29 de março de 1993

Exmº Sr.

Senador Esperidião Amin

Nesta

Prezado Senador,

Este Sindicato, que congrega funcionários CLT da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado e a Associação dos Funcionários da EPAGRI (APAER) estão programando para o próximo dia 12 de abril (segunda-feira) um debate sobre Forma e Sistema de Governo.

Como nossos critérios são a igualdade de informações sobre os sistemas em disputa, debates com consistência e debatedores com representatividade, estamos-lhe convidando para expressar suas opiniões sobre o sistema que o Senhor defende com bastante eficiência: o Parlamentarismo.

Informamos-lhe que o defensor do Presidencialismo, já convidado, é o Deputado Federal Edésio Franco Passos (PT/PR).

O pretendido debate deve realizar-se no Auditório da EPAGRI - Rodovia Ademar Gonzaga, Km 3, com início previsto para às 14h.

Contando com sua presença e encarecendo-lhe urgência na resposta, despedimo-nos.

Atenciosamente, **Nelso Figueiró**, Presidente do Sindaspi.

TELEXPO 93

3ª edição

Rio de Janeiro, 19 de março de 1993

● 3ª Feira Internacional de Telecomunicações, Radiodifusão e Teleinformática

● Congresso Internacional de Telecomunicações e Teleinformática

● 1º Prêmio Telexpo de Telecomunicações

Um patrocínio da Equitel Telecomunicações

Ilmº Sr.

Espiridião Amin

Senador

Prezado Senhor,

Confirmando entendimentos anteriores, informamos que a participação de V. Sª na Programação do Telexpo 93 — 3º Congresso Internacional de Telecomunicações e Teleinformática, é a seguinte:

Atividade:

Mesa Redonda

Tema:

Privatização e Monopólio dos Serviços de Telecomunicações

Dia/Horário/Sala

13-Abril/14:00h às 18:00h/Sala L

Forma de Participação: Debatedor

A credencial de conferencista, para participação no Congresso e Feira, estará à disposição de V. Sª a partir do dia 13, no Balcão de Credenciamento.

Uma recepcionista, após fazer entrega do seu material, irá acompanhá-lo à Secretaria de Programação do Evento, onde teremos imenso prazer em recebê-lo.

Convidamos, também, V. Sª, para participar da Sessão Solene de Abertura, programada para o dia 13, às 10:00h, no Auditório G.

Agradecendo mais uma vez a participação de V. Sª na Telexpo 93, despedimo-nos, na certeza de estarmos contribuindo para o desenvolvimento das Telecomunicações em nosso País.

Atenciosamente, **Helio de Azevedo**, Presidente da Telexpo.

REQUERIMENTO Nº 336, DE 1993

Senhor Presidente,

Na forma do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requero licença dia 12 de abril corrente, a fim de participar, em Recife, no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, de debate promovido pelo Centro Cultural Paulo Cabral de Melo, sobre Presidencialismo X Parlamentarismo.

Sala das Sessões, 12 de abril de 1993. — Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 337, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos no art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requero sejam considerados como de licença autorizada os dias 1º, 3 a 5, 8, 10 a 12, 16, 18, 19, 25 e 26 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, 6 de abril de 1993. — Senador **Divaldo Suruagy**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação dos requerimentos lidos fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 338, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado, da entrevista feita com o Senador Esperidião Amin e publicada no **Correio Braziliense** do dia 12 de abril sob o tema “Governo empurra o PPR para a oposição”.

Sala das Sessões, 12 de abril de 1993. — Senador **Jarbas Passarinho**.

(Ao exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento lido será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora, nos termos regimentais.

A Presidência recebeu da Coordenadoria-Geral de Assuntos Externos da Secretaria do Tesouro Nacional o Ofício nº 968/93, de 6 do corrente, encaminhando ao Senado Federal a documentação referente às despesas de operações externas relativas aos contratos de regularização dos juros, devidos em 1989 e 1990.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos para conhecimento.

OSR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

OSR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a imprensa do meu Estado registra hoje o falecimento ocorrido durante a Semana Santa, em Salvador, Bahia, do Padre Antônio da Silveira Paixão, sacerdote dos mais bem quistos por suas incontáveis virtudes pessoais e pelo apostolado que exerceu, por mais de cinco décadas, de fecunda atividade evangelizadora.

Durante mais de dez anos, trabalhei ao seu lado no movimento **Hora do Pobre**, programa transmitido às segundas-feiras pela tradicional **Rádio Itacema**, com ampla ressonância em nossa Capital. O espírito de caridade presidía àquela e a outras iniciativas que a sua visão entendeu de promover, sempre com o apoio das autoridades eclesiásticas e, sobretudo, dos católicos cearenses.

Nas ruas de Fortaleza, todos o saudavam com o maior respeito e efusão, nele vendo um autêntico apóstolo do Bem, permanentemente a serviço dos carentes e humildes.

Depois de haver exercido o vicariato em algumas paróquias, o P. Paixão integrou-se à Ordem dos Salesianos, transferindo-se para a Bahia, ali passando quase 20 anos na pregação do Evangelho, acatado pelo laicato e pelos fiéis de Salvador, que iam buscar suas bênçãos e conselhos na Matriz de Nazaré, situada na Praça Almeida Couto.

À noite de amanhã, na Matriz da Piedade, a sua família, tendo à frente o Professor José Aírton Paixão e os Padres Salesianos, mandará celebrar Missa de 7º Dia, em sufrágio de sua boníssima alma, a que aderirão, certamente, os amigos do saudoso extinto, entre os quais me incluo e a quem devo inúmeras atenções, especialmente o estímulo para que ingressasse na vida pública, a fim de defender os interesses do povo cearense.

O P. Antônio da Silveira Paixão era um Santo, entregue às causas mais nobres e a disseminação dos ideais cristãos.

Era essa a comunicação que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Ronan Tito. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PDC — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para congratular-me com a Mesa pela sua sensibilidade ao arquivar o famigerado relógio de ponto, que não coadunava com o tipo de serviço prestado pelos funcionários desta Casa. A forma desses serviços e a necessidade de prestá-los em horas as mais diversas se chocavam com a maneira simplista que se buscou de controlar a frequência do funcionário mediante um relógio de ponto colocado na parede, para que o funcionário passasse o seu cartão de ponto.

Sr. Presidente, seria louvável o uso do relógio de ponto se o Senado estivesse pronto, também, a aferir quantas horas de serviço cada funcionário prestou e a pagar as horas extras; se se descontasse daqueles que não cumpriram o horário e a quantidade de horas estabelecidas, mas retribuindo aos funcionários que, na maioria das vezes, principalmente nos momentos de pique desta Casa Legislativa, trabalham sem olhar o relógio. Jamais cobraram horas extras; têm amor a Casa e a ela servem e aos seus Senadores com a maior cortesia e boa vontade.

Foi louvável a atitude da Mesa de eliminar essa forma — eu não diria tipo fábrica, porque seria um insulto ao trabalhador da fábrica — policialesca, que pretendia muito mais insultar o funcionário do que conferir as horas de serviço que vinha prestando à Casa.

Desta Tribuna, desde o primeiro momento, verberei contra a resolução de um homem só. Era a resolução do arbítrio, com a qual se pretendia humilhar o funcionário da Casa. Hoje, sinto que valeu a pena ter batalhado porque a luta foi reconhecida. A Mesa reconheceu que os funcionários desta Casa estão muito acima e muito além do que qualquer relógio de ponto. Poder-se-á dizer que um ou outro funcionário em toda a corporação não corresponde à expectativa, mas, **grosso modo**, a maioria tem prestado o melhor serviço a esta Casa. Em nenhum momento, mesmo naqueles em que os salários estavam defasados, os funcionários do Senado faltaram as suas responsabilidades.

Sr. Presidente, faço uso da palavra, esta tarde, para congratular-me com V. Ex^a e com toda a Mesa e dizer-lhe que, finalmente, a justiça foi feita.

Não sei qual será a destinação desses relógios. Quem sabe, até trocá-los pelos telefones que foram para Santa Catarina. Não sei o que vai ser feito, mas, com certeza, esta Mesa haverá de retirá-los da parede, onde estão afixados para vergonha de um tempo que nunca mais deve voltar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Álvaro Pacheco — Aureo Mello — Eva Blay — José Paulo Bisol — Márcio Lacerda — Nelson Carneiro — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há **quorum** para deliberação. Em consequência, as matérias constantes da Ordem do Dia da sessão de hoje, todas em fase de votação, ficam com sua apreciação adiada.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992 COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992 COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

— 3 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador José Fogaça, favorável ao Substitutivo, com Requerimentos que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito. (Pausa.)

S. Ex.^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dentro em breve, estarei com o Ministro Antônio Britto, da Previdência Social, e com o Ministro Walter Barelle, do Trabalho, na peregrinação que tenho feito pela introdução, no Brasil, do Programa de Garantia de Renda Mínima. Nesse sentido, já fiz gestões junto a outros Ministros do Governo Itamar Franco: Yeda Crusius, Jutahy Júnior, Eliseu Resende e Luíza Erundina.

Na tarde de amanhã, juntamente com o Relator da proposta na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, Deputado Germano Rigotto, colocarei ao Presidente da República que o Imposto de Renda negativo oferece resultados mais eficazes do que projetos do Governo que teoricamente procuraram, durante décadas, beneficiar os mais necessitados.

Tenho observado, por exemplo, um instrumento recentemente instituído pelo Governo, o vale-gás, que consiste em conceder a quem tiver consumo de energia elétrica inferior a 60 Kw, que equivale a 64 mil cruzeiros. Esse mecanismo, embora procure fazer justiça, tem levado a distorções, uma vez que nem sempre os mais pobres são aqueles que adquirem o direito. Não se pode negar, entretanto, que tal instrumento beneficia um grande número de pessoas que fazem jus a uma contribuição desta natureza.

Vale lembrar que em algumas cidades — Rio de Janeiro, por exemplo — o cidadão terá que despendar, em condução, pelo menos 1/3 do valor do benefício.

O programa de Garantia de Renda Mínima visa a realizar, com eficácia, a distribuição de renda a todos os brasileiros.

Venho diligenciando junto ao Governo e aos membros do Congresso Nacional no sentido de que percebam a propriedade da proposição.

Quero fazer menção aos artigos de Luís Nassif publicados ontem e hoje na coluna de finanças da *Folha de S. Paulo*. Esse jornalista, conhecido por sua seriedade, tem chamado a atenção do Presidente da República e da opinião pública brasileira sobre o que ocorreu no leilão da Companhia Siderúrgica Nacional. Diz Luís Nassif que tanto o Presidente da República como o Advogado-Geral, José de Castro Ferreira, devem explicações sobre como se deu o leilão da Companhia Siderúrgica Nacional. Será que o valor de venda foi justo, na medida em que se arremataram as ações por preço mínimo?

Diz Luís Nassif:

“A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) constituiu-se, de longe, na maior operação de lobby já realizada no Brasil pós-democratização. Trata-se de uma obra definitiva de um velho mestre do gênero, o advogado Jorge Serpa — que custou, por baixo, US\$ 535 milhões ao patrimônio público: US\$ 300 milhões devido à diferença entre o preço em que foi fechada a compra e as expectativas iniciais de mercado, e US\$ 235 milhões do custo estimado do subsídio à compra de ações por trabalhadores (desconto no preço mais crédito subsidiado do BNDES).

Foi um jogo de xadrez sofisticadíssimo, em que tiveram participação relevante o ex-Presidente do BNDES, Eduardo Modiano; o líder sindical, Luiz Antônio de Medeiros, o ex-Presidente Fernando Collor e, de-

pois da troca de Governo, a nova diretoria da Vale do Rio Doce, o Advogado Geral da União, José de Castro e — espera-se que por inadvertência — o próprio Presidente da República, Itamar Franco.

O início da montagem dessa operação deu-se ainda no Governo Collor, com a nomeação de Roberto Procópio Lima Netto para a presidência da CSN. Procópio é velho integrante do quadro de lobistas cariocas egressos do BNDES, ligado ao grupo Monteiro Aranha, de estreitas ligações com o ex-Presidente da República.

A missão inicial de Procópio foi reorganizar administrativamente a companhia. Visava, de um lado, chamar a atenção para os seus dotes de administrador, facilitando a atração de investidores privados para o esquema posterior de tomada de controle. De outro, cooptar os trabalhadores para a sua aventura. Foi o que fez, influenciando diretamente nas eleições para o sindicato, com a promessa de um 14º salário aos trabalhadores condicionado à eleição de uma chapa ligada à Força Sindical, em contraposição à facção intolante da CUT, que historicamente dominava o órgão.

A segunda peça da operação foi montada no próprio BNDES, através do então presidente Eduardo Modiano, com a complacência da Comissão Diretora do Programa de Privatização. Sem que jamais fossem dadas explicações convincentes, Modiano ampliou para 20% do capital as ações disponíveis aos trabalhadores da companhia e garantiu-lhes financiamento amplo e favorecido, fugindo completamente das regras gerais estabelecidas para todo o programa.

A terceira etapa da operação voltou a ser manejada pelo próprio Procópio. As ações deveriam ser adquiridas por meio de clubes de investimento, aos quais se associariam os trabalhadores. Através de diretores da companhia e do sindicato, dispondo de poder absoluto sobre o emprego e carreira dos funcionários da companhia, Procópio deu início a um trabalho de persuasão, que conquistou para o seu clube cerca de 90% da adesão dos trabalhadores.

Ao aderir, o trabalhador entrega as ações para o clube administrar e recebe cotas do fundo. Todo o poder de voto das ações será, portanto, transferido para o clube, cuja direção foi indicada pelo próprio Procópio, eleita em uma assembléia que contou com a participação de apenas 200 funcionários. Se quiser se retirar, o trabalhador será obrigado a vender as ações (e os subsídios recebidos) aos remanescentes do Clube.

Graças a esse estratagem, Procópio entrou no jogo final, dispondo do controle de 29% do capital da companhia — 20% através do clube e 9% através do fundo de pensão, cujo presidente era indicado pelo próprio presidente da CSN. A partir daí, ficou um jogo de cartas marcadas, já que, no leilão, nenhum outro grupo conseguiria partir de uma base acionária inicial tão expressiva.

O passo seguinte foi obter aliados para a tomada do controle. Segundo o Deputado carioca Ronaldo César Coelho (PSDB), houve uma reunião em Frankfurt com a presença de empresas estrangeiras (Ferrostaal), bancos estrangeiros (Dresdner Bank) e investidores brasileiros (entre os quais o grupo Arbi, onde Modiano foi trabalhar depois de ter deixado o BNDES), para onde Procópio enviou dois diretores da CSN, a fim

de convencê-los a investir US\$20 milhões na compra de ações de controle da companhia.

Na ocasião, uma denúncia de Cezar Coelho, publicada no *Jornal do Brasil*, desmontou o esquema. Os investidores refluíram, e houve uma reação do grupo de Itamar, através do presidente e, principalmente, do então Consultor-Geral José de Castro Ferreira. Procópio foi demitido da CSN. Acompanharam-no, curiosamente, em protesto, toda a comissão diretora do programa.

Aparentemente, a estratégia tinha gorado. Só aparentemente.

Em janeiro, por conta do discurso contra o esquema Modiano no programa de privatização, José de Castro assumiu o controle virtual do programa. Em sua ofensiva, chegou a taxar de "anti-ético" o projeto de privatização da CSN, tal como desenhado por Modiano.

Inicialmente, o Consultor-Geral preparou uma nova regulamentação draconiana para o programa, quase inviabilizando-o. A regulamentação foi abrandada a duras penas pelo novo presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro, e pelo ex-Ministro da Fazenda, Paulo Haddad, que conseguiram transferir para uma nova comissão de privatização o acompanhamento da segunda etapa do programa.

Mesmo assim, José de Castro conseguiu preservar nas mãos do Presidente da República um inusitado poder de arbítrio. Itamar poderia definir pessoalmente a proporção de dinheiro a entrar em cada leilão, assim como pontos cruciais a serem considerados na estratégia dos compradores — como a autorização ou não para que fundos de pensão pudessem participar. Tudo em nome da necessidade de prevenir-se contra manobras para depreciar o preço das companhias privatizadas.

Logo depois da queda de Haddad, José de Castro investiu como um ariete contra Barros de Castro, levando-o à demissão através de uma entrevista ao jornal *O Globo*, onde foi de uma agressividade incompreensível, como se Barros representasse uma ameaça ao governo.

A esta altura, a única reação do esquema Serpa foi valer-se do líder sindical Luiz Antônio Medeiros, para disparar alguns tiros contra a decisão de Itamar de alterar o modelo de privatização da CSN e demitir Procópio Netto.

A surpresa maior veio com o final do jogo. Apesar da retórica prévia do Governo Itamar, todas as alterações no programa, determinadas pela Presidência da República, beneficiaram ainda mais o esquema.

Manteve-se a possibilidade de os trabalhadores adquirirem 20% do capital, com 50% de desconto sobre o preço mínimo e financiamento em condições privilegiadas, sem cuidar de desmontar as regras draconianas do clube de investimento controlado por Procópio Netto.

Até a véspera do leilão, o Presidente da República não havia autorizado a participação de fundos de pensão, retirando do jogo competidores que poderiam provocar elevação no preço das ações. Com a indefinição sobre as regras do jogo, nenhum grupo pôde se orga-

nizar para participar da disputa, o que poderia ter elevado o preço da CSN em até 30%, conforme estimativas do próprio mercado.

Na reformulação do programa, uma das regras — justas — estipuladas pelo próprio Governo é que a quantia em dinheiro a ser integralizada deveria ser igual ao dinheiro disponível no caixa da companhia privatizada. O mercado esperava que o Presidente fixasse o percentual do dinheiro vivo em 5%. Fixou na metade. Em dinheiro vivo, entraram cerca de US\$38 milhões, sendo que a CSN tem em caixa — segundo informações de Luís Nassif, que me disse ter obtido dentro da própria CSN — US\$100 milhões, mais US\$400 milhões em produtos prontos para entrega e estoques de matérias-primas nobres.

No dia do leilão, em lugar dos advogados do BNDES, como sempre ocorreu, a defesa jurídica da operação foi feita pessoalmente pelo Advogado-Geral José de Castro, que levou um exército de assessores para garantir a venda e fez questão de explicitar para todo o país seu empenho em garantir a concretização da operação.

Dada a gravidade do tema, a coluna tentou entrar em contato com a presidência antes da sua publicação. Mas não conseguiu.

Hoje, Luís Nassif volta ao assunto, dizendo:

"Havia uma manobra em curso para que um grupo, unido em torno do ex-presidente da CSN, Roberto Procópio Lima Netto, assumisse o controle da companhia valendo-se de expedientes administrativos e dinheiro subsidiado do Governo.

Tanto Itamar e seu advogado-geral conheciam a operação, que ela foi o motivo de Procópio Netto ter sido demitido da CSN. E também foi o alibi para que o grupo de Juiz de Fora assumisse o controle do processo de privatização, indicando Alexis Stepanenko para a Vice-presidência do BNDES, concentrando nas mãos do advogado geral José de Castro a regulamentação do programa e, mais tarde, provocando a queda do presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro.

Foi justamente por causa da operação CSN que o advogado Castro preparou uma legislação draconiana, que colocou nas mãos de Itamar um poder de arbítrio inédito sobre o programa. Com esse poder, temia-se que o Presidente pudesse inviabilizar a privatização com exigências descabidas, por excesso de pruridos. Jamais se imaginaria que não só mantivesse todas as regras anteriores da venda da CSN, escandalosamente parciais, como ainda ampliasse os benefícios ao esquema Procópio Netto, ao preço de um prejuízo ao Tesouro estimado em US\$ 535 milhões.

O mercado esperava que a CSN fosse vendida com um ágio de 30% sobre o preço mínimo. O presidente da República impediu que isso ocorresse. De um lado, por permitir que o Sr. Procópio Lima Netto mantivesse, sobre 29% das ações dos trabalhadores, o controle obtido através de expedientes que haviam custado a sua demissão da presidência da CSN. Com isto, desestimulou a montagem de grupos de investidores concorrentes.

Na outra ponta, o presidente ainda permitiu que a Companhia Vale do Rio Doce aderisse ao esquema de controle de Procópio Netto. Na presidência da Vale

está um homem indicado pelo próprio Itamar. Não satisfeito, Itamar afastou do leilão os fundos de pensão, impedindo que a disputa valorizasse o patrimônio vendido."

Quero aqui salientar que, durante o período do Presidente Fernando Collor de Mello, os fundos de pensão entravam nos leilões quando o Executivo assim o desejava. Desta vez, não entraram porque, obviamente, o Executivo optou por que eles não entrassem. Afinal, o Executivo tem o poder de indicação e de influência — tem-se visto — sobre a direção dos fundos de pensão.

Prossegue Luís Nassif:

"É uma soma tão sistemática de ações beneficiando um esquema que havia sido explicitamente condenado pelo próprio governo, que nada impede que se lance no ar a dúvida sobre se as dificuldades iniciais não teriam sido meramente criadas com o propósito de, posteriormente, se providenciar facilidades.

Como se explica que, no início do ano, o advogado Castro tivesse concedido entrevistas taxando o esquema Procópio Netto de "anti-ético" e, no dia do leilão, afastasse os advogados do BNDES da liça e assumisse a defesa jurídica da operação com um corpo próprio de advogados? Por que esta ansiedade de demonstrar apoio irrestrito a uma operação que, três meses antes, o próprio Castro condenava?

Pelo seu passado, Itamar é considerado homem de bem; por suas declarações, aceita-se que seja ingênuo. Mas não se pode tratá-lo como a uma criança, inimputável. Depois de ter dado guarida a pareceres suspeitos de seu advogado-geral, às suas investidas junto ao BNDES, atrás de vantagens para empresas privadas, depois do prazo surpreendentemente curto entre a idéia do Fusquinha e a apresentação do plano completo de relançamento do veículo pela Autolatina (cujo decreto está sob responsabilidade do mesmo José de Castro), o Presidente não tem mais direito ao benefício da dúvida.

Não há uma terceira resposta para sua atuação no episódio: ou Itamar conhecia todos os detalhes e contribuiu intencionalmente para o seu desfecho, ou — o que seria melhor para o País — foi induzido a erro por seu advogado geral José de Castro. Um erro caríssimo, ressalve-se.

Vai depender de suas próximas atitudes, em relação ao episódio, convencer ou não a opinião pública sobre qual é a resposta correta para este enigma."

Sr. Presidente, creio que cabe ao Governo — ao Presidente Itamar Franco e aos seus Líderes — dar uma resposta convincente sobre esse episódio, antes que possamos imputar essa dúvida ou esse direito ao benefício da dúvida.

Leio este artigo de Luís Nassif porque ele conseguiu coletar informações muito significativas a respeito da forma como foi vendida a CSN em leilão. Seria importante, em se tratando de um patrimônio de todo o povo brasileiro, que estivéssemos todos muito conscientes e bem informados de que não houve uma operação inadequada. Às vezes, pode parecer que todo e qualquer capitalista, brasileiro ou estrangeiro, estivesse em condições de participar desse processo de privatização, através de associações as mais diversas. Mas, da maneira como descreve o jornalista Luís Nassif, que é especialista em apurações

e investigações, houve algum procedimento que fez com que a CSN fosse vendida a um preço bem aquém do desejável.

Por essa razão, lemos esses dois artigos, que solicitam do Governo Itamar Franco uma resposta a essas dúvidas, a fim de que não pare nenhuma suspeita a respeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JONAS PINHEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador, que falará pela Liderança do PTB.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB-AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo comunicar à Casa que estive no Amapá desde quarta-feira da semana passada, Estado que com muita honra aqui represento. Distante de Macapá, Capital do Estado, cerca de 200km, existe um município chamado Serra do Navio, onde estão localizadas as jazidas de manganês exploradas pela ICOMI, **holding** multinacional, que tem com o agora Estado do Amapá — tinha também com o Território — um contrato de duração de 50 anos. Quer dizer, por esse contrato, a ICOMI teria o direito de explorar, por 50 anos, as jazidas de manganês, que são as maiores do País. Faltam exatamente 10 anos para que o contrato expire.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, temos ali, como disse, distanciada de Macapá cerca de 200km, uma espécie de pedaço de Primeiro Mundo. É uma cidade operária com elevado nível de qualidade de vida — de habitação, saúde, educação e saneamento — de sorte que a população que serve a essa empresa em Serra do Navio é uma comunidade próspera, que vive num padrão de vida de certa forma invejável, se comparado com o do resto do País. Vive-se lá muito bem.

Aproxima-se, contudo, o término do contrato de exploração, que era de 50 anos; passaram-se 40, portanto, só faltam dez anos para o seu encerramento. Lembrei-me de outros empreendimentos, como Fordlândia, no Estado do Pará, hoje transformada em deserto, tendo passado da condição de distrito de Macapá para a de município, estando no exercício do mandato o seu primeiro prefeito. Comecei, então, a me preocupar com a extinção do contrato em Serra do Navio. O que seria de sua população, que vive exclusivamente em torno desse projeto, em torno dessa empresa chamada ICOMI? O que lhe acontecerá depois do ano de 2003, quando não mais existirão os empregos hoje oferecidos pela ICOMI na exploração do manganês?

Trata-se de uma macroestrutura. Inclusive há uma estrada de ferro ligando Serra do Navio a Porto Santana, que é grande, em Macapá, onde numerosos vagões transportam os minérios extraídos para sua comercialização no exterior. São 200km de via férrea, com duas ou três locomotivas com muitos vagões. Há, também, portos capazes de comportar navios de qualquer calado, no braço norte do Rio Amazonas. Por aí V. Ex^a pode ter uma ligeira visão da dimensão e do porte desse empreendimento.

Assim, preocupado com a conclusão do contrato, fiz uma visita a Serra do Navio, levando, em minha comitiva, convidados como o Superintendente do Banco do Brasil, o Superintendente da Caixa Econômica Federal, o Delegado Federal do Ministério da Educação, o Coordenador da Fundação Nacional de Saúde, o Presidente da TELEAMAPÁ, alguns Deputados estaduais e outras pessoas que detêm o poder de

comando e de ação do Governo Federal e do Governo estadual. Fomos a uma reunião de trabalho com o Prefeito da cidade, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, que durou todo o dia, em que chamamos a atenção das autoridades, por minha iniciativa, para a situação daquela população, para a necessidade de despertá-la para o *day after*, ou seja, para o dia seguinte ao do encerramento do contrato.

É um pequeno paraíso que não pode passar ao largo de nossas preocupações com a extinção do contrato, que se dará em 2003. Se não se tomarem providências desde logo, se não houver um planejamento e a antevisão dos fatos subsequentes ao encerramento do contrato, esse paraíso poderá se transformar num deserto.

Chamei a atenção do Sr. Governador para o problema, inclusive em pronunciamentos que fiz pela televisão. Disse, então, a título de ilustração, que, se hoje já temos o racionamento de energia elétrica e falta d'água na Capital, Macapá, é exatamente em decorrência da falta de visão, por não se ter previsto o crescimento da cidade e de sua população periférica. Hoje Macapá está explodindo em crescimento, principalmente pela implantação das áreas de livre comércio da Capital e de Porto Santana.

Por isso, Sr. Presidente, desejava trazer ao conhecimento da Casa esses fatos que ocorrem no meu Estado, o Amapá, tão distante e isolado geograficamente do resto do País, pois não tem ligações rododotferroviárias com os outros Estados; lá só se chega por avião ou por embarcações.

Deixei lá essas preocupações, dizendo que, dadas as condições de vida lá existentes, é possível o município sobreviver da indústria do turismo, por exemplo, ou da exploração dos seus recursos naturais. Sem degradar a natureza, ele poderia fazer um turismo ecológico e o aproveitamento de seus recursos naturais, como a madeira, com o remanejamento de florestas. Tudo isso pode ser feito nesse município próspero.

Faço este registro na tentativa de, num primeiro momento, chamar a atenção da Casa para o problema, para que haja receptividade e aceitação para com nossos projetos, solicitações e reivindicações que venhamos fazer perante nobres Pares não só no Senado, mas no Congresso Nacional como um todo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ODACIR SOARES — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador, que falará pela Liderança do PFL.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: vez por outra, reponta, nas colunas dos órgãos de imprensa, noticiário sobre ocorrências de inquietação nos meios militares, provocadas pelos soldados — parques e insuficientes — por estes percebidos.

Ora se fala que tais manifestações partem de altos chefes militares, ora se diz que elas ocorrem no recinto fechado dos clubes militares, ora que elas andam irrompendo no âmbito da tropa, não faltando insinuações de que a turbulência atinge até mesmo as esposas dos militares.

O que torna esse noticiário até certo ponto ambíguo é a imprecisão das referências, aliada à indefinição dos propósitos visados com a difusão desses informes.

Fica-se na dúvida se se trata de estratégias de duvidosa eficácia, postas a serviço de objetivos legítimos e defensáveis,

ou se, pelo contrário, trata-se da proverbial tendência da mídia, sempre pronta a adicionar à notícia condimentos provocativos do alarmismo.

Seja lá como for, minha opinião firmada sobre a matéria é a de que o equacionamento desse problema da inegável insuficiência dos soldos dos militares passa por outras vias e só se concretizará tomando o caminho aberto, pragmático e transparente das soluções analisadas com lucidez e negociadas com bom senso e objetividade.

Buscando concorrer para isso, ousou, hoje, abordar esse tema. Ao fazê-lo, partirei de algumas considerações preliminares para, só então, emitir juízo de valor sobre as fórmulas que se me afiguram válidas ou não para o rápido deslinde do problema.

Fique claro, preliminarmente, que, reconhecendo a importância impostergável das Forças Armadas, tenho por elas o maior apreço. Por isso mesmo, não questiono os relevantes papéis que lhe foram consignados no art. 142 da Constituição.

Tenho me habituado a encarar as corporações militares como redutos dignos da admiração geral, pelos exemplos que proporcionam a todos de civismo, de disciplina, de lealdade, de cumprimento responsável do dever e de coesão em torno das nobres missões por todos aceitas sem medir sacrifícios.

Por tudo isso, entendo que constitui dever de todos concorrer para que as Forças Armadas sejam resguardadas não apenas da penúria de equipamentos que devem habilitá-las ao melhor desempenho de suas funções, como também dos constrangimentos salariais que esmorecem o ânimo de seus integrantes, podendo comprometer a disciplina e o moral da tropa.

Sou, por conseguinte, favorável à busca de uma solução justa e objetiva do problema. E essa objetividade sugere a exclusão de certas estratégias que, a meu ver, ou mal tangenciam o âmago do problema, ou são equivocadas, por isso insusceptíveis de levar a bom termo a busca da melhor solução. Dentre essas, cito apenas duas: o recurso a artifícios polêmicos na aplicação dos índices de reajuste e a insistência contraditória na invocação do princípio da isonomia aplicado a soldos e vencimentos, sabendo-se que este é insustentável, quando se tenta equiparar atividades tão díspares, tais como as que caracterizam o exercício profissional dos servidores civis e dos servidores militares.

Não há lugar para essa insistência, sabendo-se que a Constituição não trata da isonomia salarial entre servidores civis e militares, antes só menciona esse princípio quando se ocupa, especificamente, dos Servidores Públicos Civis, em sua Seção II, art. 39.

O que a Constituição veda peremptoriamente, conforme se lê no art. 37, X, é a distinção de índices entre servidores civis e militares, quando em causa a revisão geral da remuneração dos servidores públicos.

Dentro da perspectiva acima exposta, três conclusões impõem-se ao exame atento dos que se debatem na busca de um caminho transparente para o deslinde da questão remuneratória dos servidores militares: 1) inexistência, no texto constitucional, mandato algum determinando a aplicação do princípio da paridade ou da isonomia salarial entre os servidores civis e militares; 2) a Constituição só cogita de isonomia salarial para cargos e atribuições iguais e semelhantes; 3) a natureza das atividades desenvolvidas pelos servidores civis e militares torna os respectivos cargos e atribuições irredutíveis e refratários a equiparações isonômicas. Admitidas essas premissas

do es impõem-se — e não vejo como recusá-las — está aberto o caminho apropriado para o que todos almejamos.

Quando insisto numa solução desejável e por todos almejada, penso, evidentemente, não apenas nas autoridades governamentais ou nas lideranças políticas, mas também na grande maioria dos cidadãos brasileiros dotados de bom senso e lucidez suficientes para saber identificar, nas Forças Armadas, a própria expressão do povo brasileiro, enquanto capacitado para garantir e, se preciso for, defender a integridade e a soberania do Brasil.

É dessa visão patriótica e realista que hão de derivar necessariamente os comportamentos da sociedade frente aos problemas da manutenção das Forças Armadas e da remuneração dos militares. Dela também derivam os critérios que devem presidir o tratamento da questão salarial dos militares. É bom que se enfatize que, dentre esses critérios, destacam-se, de forma imperativa, o da urgência — e por isso faço este discurso — o da legalidade e o da transparência no encaminhamento da questão.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho — Ouço V. Ex^a no que chamou de um breve discurso, mas com um toque de coragem pessoal muito grande. É uma matéria — V. Ex^a sabe bem — que provoca determinado tipo de polêmica, e é muito bom que seja um civil, como V. Ex^a, e não eu, de origem militar, que pudesse defender essas premissas que V. Ex^a está defendendo. Note que, além dessa discrepância completa que existe entre uma atividade do setor público civil e a atividade do militar, há também até uma injustiça. Por exemplo: quando passei pelo Ministério da Educação, verifiquei que os professores com tempo integral e dedicação exclusiva tinham e ainda têm uma vantagem a mais — naquela altura, lembro-me que era uma vantagem de cerca de 40% para dedicação exclusiva. Recordo que o ex-Ministro Moniz Aragão, da Educação, não aceitou o contrato de uma enciclopédia para escrever sobre vários verbetes, porque, ele tendo dedicação exclusiva, não poderia ter remuneração de qualquer ordem. É exatamente o caso do militar. No entanto, não se lhe dá esse direito adicional de caracterizar que, sendo a profissão obrigatoriamente de dedicação exclusiva, pudesse ter o benefício que alguma área civil tem. Por outro lado, veja a diferença numa formação. O meu caso é em parte apenas, porque saí da vida militar depois que já tinha feito a Escola de Comando do Estado Maior; na Escola Superior de Guerra, não fiz o curso chamado CEMCFA, que é um curso para oficiais da ativa. Mas para chegar a general de quatro estrelas, a regra fica entre 42 e 45 anos de serviço. Quando pertenci ao Governo passado, vi o esforço que o Presidente quis fazer para a isonomia; só não me ocorreu a lei delegada, que depois foi lembrada pelo Ministro Célio Borja. Mas notei essa necessidade, que parece contínua, a que V. Ex^a está se referindo de fazer uma paridade que não existe.

O SR. ODACIR SOARES — Exatamente, ou a isonomia.

O Sr. Jarbas Passarinho — Ou a isonomia, mas, especialmente, caracterizar funções completamente diferentes com o mesmo tipo de remuneração final. Por exemplo, admiro muito o corpo diplomático brasileiro; acho que é um dos

mais respeitados até no mundo; mas um diplomata chega a embaixador, às vezes, antes dos 50 anos de idade, e um general para quatro estrelas chega depois de 45 anos de serviço. No entanto, faz-se a isonomia, no caso, a paridade no tipo de remuneração. Não creio, Senador Odacir Soares, que V. Ex^a seja bem sucedido, porque vai ser muito difícil separar aquilo que depois se conseguiu conjugar com entidades inteiramente heterogêneas. De minha parte, permita V. Ex^a que eu louve a forma pela qual V. Ex^a se expressa neste momento — do meu ponto de vista, com inteira razão.

O SR. ODACIR SOARES — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Suas observações, nobre Senador, são inteiramente pertinentes ao meu discurso.

O que penso, nobre Senador Jarbas Passarinho, é que o País, o Governo, particularmente, precisa enfrentar a questão da remuneração dos militares. Nesses últimos tempos, produziu-se um equívoco que é exatamente esse, que vem sendo reiterado até por expressivas figuras do mundo jurídico, às vezes, de que a isonomia prevista na Constituição se aplicaria a servidores civis e militares também, quando, na realidade, essa seria uma afirmação inteiramente improcedente do ponto de vista constitucional, pela interpretação literal do texto da Constituição.

No meu entender, realizando uma interpretação às avessas, a Constituição proibiria a isonomia entre civis e militares, até pelo fato de que, conforme V. Ex^a muito bem ressalta, as atividades são inteiramente diferentes, a formação profissional é diferente e se exige, para um e para outro, cursos, estágios e etapas profissionais diferentes.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a uma interrupção?

O SR. ODACIR SOARES — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho — Veja V. Ex^a que o preconceito é de tal ordem que, certa vez, ouvi no próprio Ministério da Educação se questionar se a formação do militar brasileiro merecia ser considerada de curso superior. Eram quatro anos de Escola Militar, em tempo integral, com oito horas de trabalho por dia, no mínimo, de campo ou de sala de instrução, e, muitas vezes, ainda com um estudo obrigatório, mais duas horas. Depois disso, veja que nós, ao tempo de militar, líamos o poeta Alfred de Vigny, que escreveu *Servidão e Grandeza Militares*. Uma das serventias é o militar não poder se expressar politicamente na ativa; não pode fazê-lo. Outra, é não poder fazer greve. Não há o direito de greve para o militar. Ele tem de abrir mão até do próprio pensamento, como diz Alfred de Vigny em determinados momentos, porque ele não tem o direito de sobrepor o seu pensamento ao juramento que fez de defender as instituições como tal. Então, essa é uma característica completamente diferente. Na nossa formação, por exemplo, quando começamos a estudar como cadetes, começamos a fazer o trabalho do soldado; depois, o do cabo; depois, o do sargento, para, nesse crescimento, podermos chegar a oficiais. Não há um paralelismo, exatamente dentro do ponto de vista de V. Ex^a, justo e muito menos criterioso de fazer esse tipo de comparação com a profissão liberal, por exemplo, da qual V. Ex^a é um dos grandes representantes nesta Casa. Fiz três concursos em um só. Para poder entrar para a Escola Militar de Realengo, naquele tempo em que havia poucas opções de ensino universitário, fazia-se um exame de saúde — acuidade visual 1, acuidade auditiva 1 — ; era preciso ser perfeito; havia um chamado índice de Pignet,

que era uma relação entre altura, envergadura e peso. Preparava-se um homem perfeito para matar ou morrer. Isso não existia, evidentemente, na Faculdade de Direito, ou em outra instituição escolar qualquer, onde só não podiam ingressar, naturalmente, doentes contaminando os outros; não havia necessidade disso. Depois, ainda, havia um exame físico, para se saber se podia saltar em altura, se podia subir na corda etc. E, finalmente, um exame intelectual. Então, até digo isso com alguma jocosidade, porque quando fiz o exame de saúde fui reprovado, pois, ainda adolescente, perdi, no maxilar inferior, um grande molar. Quando chegou na hora, nesse ponto, havia o que chamávamos "a peixada" dentro do Exército, a proteção particular. Mas por que chamávamos "peixe" no Exército? Porque a proteção nunca era individual; era de tal forma que um favorecimento servia a todos aqueles que dele se beneficiassem. É por isso que se dizia: "O peixe vai na água". Então, o filho de um oficial muito importante do Ministério do Exército, na ocasião Ministério da Guerra, conseguiu que em vez de oito molares opostos — dois a dois —, que era exigido — eu só tinha sete —, pudesse ser até seis. Por essa razão consegui entrar, pois eu tinha sete e o "peixe" que me proporcionou isso só tinha seis.

O SR. ODACIR SOARES — Entrou com menos pontos.

O Sr. Jarbas Passarinho — Agora, só percebi que a exigência era absolutamente correta quando fui ao rancho pela primeira vez, porque o bife era terrivelmente duro.

O SR. ODACIR SOARES — Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a pelo aparte. Basicamente, o que me traz à tribuna, hoje, para discutir essa questão é que, a meu ver, esse equívoco que se formou em torno dessa questão da isonomia entre civis e militares está ocasionando, e já ocasionou, um problema de caráter permanente para o País. O Governo brasileiro tem que enfrentar a questão da remuneração dos militares de forma aberta, transparente e objetiva; da mesma maneira tem que enfrentar também a questão objetiva da remuneração dos servidores civis.

O que não podemos admitir nem mesmo para uma mera discussão a questão da isonomia, que não existe. A Constituição é clara quando estabelece a isonomia para os servidores civis da União. Mesmo assim, essa isonomia entre os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo é complicada, porque, de certa forma, tem nuances, tem características, pois as atividades dos três Poderes têm também peculiaridades. Cada órgão do Poder Judiciário e Legislativo tem a sua atividade típica; da mesma maneira no Itamarati, onde também existem atividades específicas que não encontram paralelo nos outros Poderes.

Então, essa questão da isonomia transformou-se, de certa forma, em um tabu errado, porque, lamentavelmente, as grandes discussões nacionais, às vezes, se travam sem que as pessoas que nelas se envolvem tenham claramente aquilo que está no corpo da nossa Constituição como um preceito.

Enquanto o Governo brasileiro não enfrentar essa questão da remuneração dos militares de maneira clara, estabelecendo remunerações próprias para os militares, vamos viver sempre sob esse tumulto. Do mesmo modo que o servidor civil tem a sua sobrevivência afetada devido aos salários baixos, o servidor militar também; e, nesse caso, é muito mais grave, na medida em que eles são responsáveis pela integridade e pela soberania do País.

Desejo expressar neste discurso que essa questão precisa ser enfrentada claramente. O que parece ser, de certo modo, uma atitude correta do Governo, quando vemos os jornais estamparem que a Ministra Erundina passou a ser a guru dos militares, na realidade, expressa um erro. Quando admitimos que os militares ficaram felizes e satisfeitos com o aumento concedido pelo Presidente Itamar Franco, cuja mensagem a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram com rapidez, na realidade, esse aumento satisfaz muito mais pela consequência ou pela situação grave em que eles se encontravam do que propriamente por uma política acertada. O que a Constituição exige é que os índices sejam iguais, mas não significa que a remuneração básica seja igual, na medida em que não há correlação de atividades.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a O que me move é a tentativa de o Governo encaminhar com clareza, com objetividade, e com oportunidade essa questão, que é das mais graves e importantes para o nosso Brasil.

Continuando, Sr. Presidente.

"Dela também derivam os critérios que devem presidir o tratamento da questão salarial dos militares. E é bom que se enfatize que dentre esses critérios destacam-se, de forma imperativa, o da urgência, o da legalidade e o da transparência no encaminhamento da questão.

É, pois, meu entendimento que, adotada essa linha de interpretação e com fundamento na especificidade e singularidade das atribuições que envolvem a carreira militar, podem os chefes militares dar o desejado encaminhamento do problema, elaborando uma tabela de remuneração específica para o setor, e submetê-la à aprovação do Governo."

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Com prazer, nobre Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro — Nobre Senador Odacir Soares, no meu ponto de vista, V. Ex^a tem toda razão quando faz a abordagem desse assunto, nesta tarde. Recordo-me que o nobre Senador Ney Maranhão, há alguns dias, manifestou também a sua preocupação com relação à remuneração dos militares. Também, como o faço hoje, aparteei S. Ex^a, manifestando todo o meu apoio e a minha concordância com a preocupação que trazia — e que era essa — com relação à questão da isonomia, que deveria ser regulamentada e, apartei S. Ex^a, manifestando todo o meu apoio e a minha concordância com a preocupação que trazia — e que era essa — Governo. — tinha prazo para isso — e não foi; que deveria, como diz V. Ex^a em seu brilhante discurso, prever situações diferenciadas. De igual forma, apoio inteiramente as considerações feitas pelo Senador Jarbas Passarinho, conhecedor profundo desse assunto, quando chama atenção para o Magistério e outros segmentos que têm remuneração especial, gratificações especiais para, por exemplo, exercício de atividade em tempo integral e com dedicação exclusiva. Recordo-me de que naquele aparte ao discurso do Senador Ney Maranhão que dizia que os militares viviam exclusivamente para as suas funções, não tinham nem oportunidade de se dedicar a um outro tipo de atividade remunerada. E chamava a atenção para a defasagem salarial imensa, para a perda do poder aquisitivo daquela categoria, o que estava obrigando as esposas dos militares a recorrerem a atividades, a trabalhos como, por exemplo, a venda de confecções, para garantir a sobrevivência dos seus familiares, a educação dos seus filhos,

deixando, muitas vezes, os afazeres domésticos, a obrigação e o compromisso com a educação dos filhos; que fica prejudicada, uma vez que a presença materna é importantíssima nessa tarefa, quando é possível desempenhá-la. É sabido que estamos vivendo dias de crises violentas, nos quais a mãe deixa seus filhos em creches, quando pode. Feliz daquela que ainda tem uma creche onde deixar os seus filhos para ir trabalhar e auxiliar o esposo no orçamento doméstico, de forma a assegurar o mínimo, o básico — a alimentação, o vestuário, o aluguel da casa, o pagamento da conta de energia etc. De modo que estamos vivendo um momento em que o militar está sendo penalizado. E digo aqui, com toda tranquilidade, que tenho um irmão que é oficial do Exército e trabalha no EMFA — Estado Maior das Forças Armadas. Recordo-me de ouvi-lo, várias vezes, durante o ano que passou, dizer que não estava mais trabalhando nas segundas-feiras de manhã, pois não tinha expediente até meio-dia, e nas sextas-feiras à tarde, justamente para que o EMFA economizasse recursos com alimentação. Veja bem V. Ex^a a que ponto se chegou: desprezar-se, no total, um dia inteiro de expediente para se economizar o almoço — se passarem o dia inteiro lá, os funcionários teriam direito à refeição. Nas segundas-feiras, então, só há expediente após o almoço, para evitar onerar o EMFA; e nas sextas-feiras só se trabalha até o meio-dia, para que o EMFA fique desobrigado da alimentação. E assim ocorre também com os quartéis de modo geral. Isso surpreende quem — como eu — teve oportunidade de visitar projetos desenvolvidos pela Marinha, como o Aramar, em São Paulo, que faz com que nos sintamos num país de primeiro mundo, pois tomamos conhecimento de fatos formidáveis, como a tecnologia desenvolvida por cientistas, físicos e matemáticos brasileiros, sem nenhuma colaboração estrangeira, por pessoas que trabalham na pesquisa, no domínio da tecnologia do urânio, por exemplo. E como subproduto desse projeto na medicina, na engenharia, coisas fabulosas. Como vi também, quando visitei o Arsenal da Marinha, a fabricação de submarinos, de sonares, fatos dos quais realmente não temos conhecimento. É uma pena que o Brasil inteiro não tenha oportunidade de conhecer o valor desses projetos que são desenvolvidos pelas Forças Armadas. Paralelamente à pesquisa científica, a tecnologia do nosso País, de modo geral, está também relegada a segundo plano. De modo que considero que o aparelhamento das Forças Armadas e a remuneração dos militares são de fundamental importância, porque esse setor cumpre bem a sua missão, preso a um regime que não lhe possibilita desenvolver uma outra atividade remunerada, e isso é altamente preocupante. V. Ex^a tem toda a razão e, certamente, o apoio de todos nós que fazemos esta Casa de leis. Obrigado.

O SR. ODACIR SOARES — Muito obrigado, Senador Jonas Pinheiro. O aparte de V. Ex^a, com as informações e a experiência que traz nessa área, inclusive enriquecidas com as visitas que fez às instalações da Marinha de Guerra do Brasil, ao projeto Aramar, especificamente, e a outros projetos das outras Armas das Forças Armadas, engrandece o nosso pronunciamento. Elas caracterizam muito bem o papel que as Forças Armadas desempenharam em nosso País. E, mais do que isso, a observação que V. Ex^a fez sobre o problema do expediente no EMFA, nas segundas e sextas-feiras, é um dado impressionante e da maior gravidade, mas que não chega a nos surpreender, já que sabemos que as Forças Armadas

brasileiras não estão aparelhadas na medida das necessidades do nosso País exatamente por falta de recursos.

Essa situação vem se repetindo há algum tempo. O Orçamento da União, quando é elaborado, já contempla recursos insuficientes para as Forças Armadas. E para agravar mais o quadro, o País vem vivendo, ao longo dos últimos tempos, esse contingenciamento, que não só diminui mas também deflaciona cada vez mais os recursos alocados no Orçamento da União. Na realidade, as Forças Armadas hoje são mal remuneradas, estão mal equipadas e, conforme a informação que V. Ex^a traz, estão lutando até pela própria sobrevivência.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo enfatizar com este discurso, primeiro, a necessidade de se afastar essa discussão sobre a remuneração das Forças Armadas da questão da isonomia. O princípio da isonomia contemplado na Constituição não se aplica aos servidores militares. Ele só se aplica aos servidores civis da União. Os servidores militares, pela própria atividade que desenvolvem, não poderiam estar sujeitos ao princípio da isonomia.

É se formos aprofundar mais essa questão, Senador Jonas Pinheiro, vamos verificar a diferença da atividade desenvolvida pelo pessoal da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. Se quiséssemos aplicar, em relação às próprias Forças Armadas, o princípio da isonomia, mesmo aí já seria difícil, porque as atividades são específicas, afora, naturalmente, aquela do combatente do Exército, da Aeronáutica ou da Marinha — o pessoal da Infantaria.

Primeiro, o Brasil precisa enfrentar a questão salarial das Forças Armadas; segundo, é necessário afastar essa discussão da isonomia, porque esse princípio não se aplica a servidores civis e a servidores militares.

Sr. Presidente, é indispensável sublinhar que, ao fazê-lo, isto é, ao encaminhar ao Governo um estudo sobre a remuneração dos militares, os altos escalões das três Armas, fugindo ao risco de extrapolação dos limites do justo e do possível a norteá-los, dever-se-á ter em mente dois únicos parâmetros: a tabela de vencimentos aprovada para os servidores civis da União e a sábia ponderação de que, sendo distintos em suas atribuições e diferentes no modo de servir, os servidores militares não são, por isso, piores, melhores ou mais carentes do que os servidores civis.

É o que penso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Odacir Soares, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias estive no Senado uma comissão de engenheiros da Embraer e de representantes do seu corpo de funcionários.

Recordo-me, ainda, que antes de pertencer ao Governo Collor, houve aqui uma discussão sobre a possibilidade de privatização da Embraer, e eu me mostrei contrário à ela, achando que era uma empresa que tinha dado tão bom resultado que não justificava, desde logo, privatizá-la. Só mais tarde vim saber qual era o quadro real da Embraer.

Hoje, estamos com uma preocupação muito grande porque corremos o risco de ver desativada essa empresa, o que seria um desastre para todos nós. A Embraer proporciona

5,9 mil empregos diretos; 10 mil empregos indiretos e tem uma tecnologia de ponta de Primeiro Mundo; no mercado aeronáutico, que é altamente competitivo no mundo, já exportou US\$3,5 bilhões de dólares nos últimos vinte anos e tem um faturamento previsto, para os próximos dez anos, de US\$9 bilhões de dólares.

Está em curso o projeto do EMB-145, um jato de 50 lugares para transporte regional, para o qual são necessários US\$130 milhões de dólares, verba já prevista em empréstimos de empresas particulares. Desde o seu início, há 50 anos, desde a fundação do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica — ITA, quatro mil e quinhentas aeronaves foram produzidas e vendidas pela empresa, tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo.

Nós tivemos até uma espécie de demonstração de entusiasmo patriótico quando a Embraer ganhou, com os Tucanos, a licitação feita pela *Royal Air Force* e depois para a Força Aérea Francesa; e agora vai disputar, para a Força Aérea Americana, a possibilidade de um Tucano modificado. É uma empresa, portanto, que tem todas as perspectivas de vitória.

Foi preciso restringir o seu pessoal, o que a empresa fez; nos últimos três anos, reduziu seu quadro de pessoal em cerca de 55% e reduziu 60% das chefias. É, por outro lado — há pouco falava aqui o nobre Senador Odacir Soares sobre as condições diferenciadas de atividades —, uma empresa que não tem o 14º nem o 15º salários; não tem gratificação por tempo de serviço; não tem licença-prêmio. Então, é uma característica muito especial também a forma pela qual ela opera. Não tem gratificação de representação, nem fundos de pensão — como lembra bem o Senador Odacir Soares.

Acontece, entretanto, que isso foi consequência de uma crise mundial que levou à retração do mercado e que, por sua vez, imediatamente reduziu a produção. A produção diminuiu na medida em que o mercado cai. Com isso, vieram as demissões. E no exterior, justamente a retração do mercado, a diminuição de produção e as demissões levaram também a associações de empresas para sobreviverem.

Qual é o efeito, na Embraer, de demissões ocorridas e de redução da produção? Na produção do EMB-120, de cinco aviões/mês para dois aviões/mês; do AMX, para o qual temos um acordo com a Itália: de cinco aviões/mês para 2,5 aviões/mês; do MD-11, de 3,6 para 1,9 aviões/mês.

No estrangeiro, de modo geral, a indústria aeronáutica é protegida: tem financiamento a taxas de juros favorecidas pelos estados industrializados; tem incentivos fiscais; tem compra regulada de parte da produção — portanto, uma espécie de reserva, desde logo, na compra de mercado; tem preferência na compra de produtos e serviços; tem barreiras tecnológicas que servem, também, de barreiras alfandegárias, e ainda se beneficiam de cessão de imóveis, equipamentos e instalações.

Quanto a isso, o que se passa no Brasil? Paralelamente ao imposto de quase 20%, pelo qual paga o nosso EMB-120, os aviões em regime de *leasing* entram no Brasil sem pagar um centavo de imposto. É outro tipo de comprometimento da indústria nacional em relação a essa possibilidade de *leasing* com a indústria estrangeira.

Os problemas atuais são graves, Sr. Presidente!

Disponho de um quadro que a Embraer me forneceu e, nesta página, está dito aqui sobre os problemas: dívida de US\$900 milhões de dólares, dos quais US\$250 milhões de dólares estão vencidos; ameaça à imagem da empresa,

agravada pela indefinição do programa de privatização; carga tributária nos produtos de forma desigual — refiro-me ao fato de que enquanto o EMB-120 paga 19,2% de impostos, o sistema *leasing* traz os aviões sem pagamento; evasão de pessoal especializado; ausência de incentivo a P&D; ausência de investimentos; extinção dos incentivos fiscais; ausência de financiamentos de venda adequados; situação financeira totalmente comprometida — crédito bancário e conseqüente suprimimento de materiais comprados interrompidos, e perda de mercado.

Se não tivermos, por exemplo, a possibilidade de utilizar uma dessas alternativas que a empresa apresenta a seguir, vamos ter a Embraer desativada.

Primeiro, falemos sobre as alternativas de curto prazo: capitalização da empresa; compras de produtos e serviços pelo Ministério da Aeronáutica, que, por seu turno, precisa ter recursos e financiamentos; linhas de financiamento para o EMB-145; crédito para financiamento de vendas.

A médio prazo: criação do fundo de desenvolvimento para novos produtos; mudança da desvantagem da carga tributária — essa diferença que existe em detrimento do avião brasileiro; linha de crédito, governo a governo, para exportação de aviões militares, e financiamento de longo prazo para o lançamento de série de novos produtos.

O que significa não aproveitar uma dessas alternativas, Sr. Presidente? Significará exatamente o fim da atividade da Embraer, pois se, de um lado, o Governo não tem condições de fazer a capitalização, de outro lado, a empresa não poderá evitar um estado — não podemos fugir da palavra — falimentar.

As consequências da desativação da Embraer, Sr. Presidente, serão tais que o Governo deverá assumir obrigações no valor de US\$2,5 bilhões de dólares devido a multas e penalidades por cancelamento de contratos dos seguintes programas: AMX, com a Itália, e CBA, com a Argentina; Tucano Shorts; Tucano e Xingu França; EMB-145; JPATS; MD-11; Boeing. Outras consequências: rescisões trabalhistas; cancelamento de contratos de assistência técnica garantida a vendas diversas; interrupção de contratos de financiamento; cancelamento de contratos de serviços; falta de pagamento de debenturistas; cancelamento de contratos com os representantes comerciais; agravamento da crise social na região do Vale do Paraíba — outro resultado danoso.

A propósito, a ilustre jovem Prefeita de São José dos Campos nos encaminhou um ofício em que mostra qual será o efeito da desativação imediata da Embraer, porque as compras que a Embraer faz também na área de São José dos Campos, o fluxo de recursos que entram para o Município subitamente desaparece; isso gera um efeito social em um dos municípios até então mais prósperos de São Paulo.

Ainda sobre os efeitos: desestruturação da capacidade tecnológica; redução da credibilidade do País, com reflexos na exportação de produtos brasileiros e no mercado financeiro, e prováveis ações de responsabilidade civil que deverão ser arcadas pelo Governo.

Há, em consequência, um movimento que partiu do próprio pessoal da Embraer nos contatos feitos com o Congresso, para que exista uma espécie de Frente Parlamentar para discutir esse problema, visando impedir que a Embraer entre em colapso. Eu fui um dos que assinaram, Sr. Presidente, Srs. Senadores; não pertencem muito a Frentes Parlamentares aqui, praticamente a nenhuma, a não ser, pelo grau de sedução do Senador Nelson Carneiro, à Frente Parlamentarista e a

essa mesma com certa reserva. Em consequência, porém, houve um programa de um milhão de assinaturas, que foram obtidas com a maior rapidez.

Enfim, a Embraer significava para nós — e daí a grande admiração inclusive pelo Cel. Ozires Silva, que depois veio a ser Ministro — uma conquista em tecnologia de ponta na área de um mercado altamente competitivo no mundo, e ela se saindo tão bem!...

O reflexo da crise mundial sobre uma crise dependente, como é a economia brasileira — todos são dependentes, mas alguns são dependentes em alto grau e outros em menor grau. Estamos naquela dependência de alto grau —, fez-se sentir de maneira que a Embraer, por seu turno, também luta para sobreviver, mostrando que ela é capaz de fazer os seus próprios sacrifícios. Citei um: 55% de redução do seu pessoal; citei outro: perda de quase todas as vantagens; 60% de todas as vantagens, por exemplo, dadas em benefício de determinadas atividades de chefia. Porém, o que mais dói, o que mais entristece é ver que uma empresa dessa natureza pode entrar em colapso, pode vir a ser desativada por uma falta de apoio do próprio Governo brasileiro, do próprio Estado brasileiro, quando os americanos, os franceses, os ingleses, os europeus

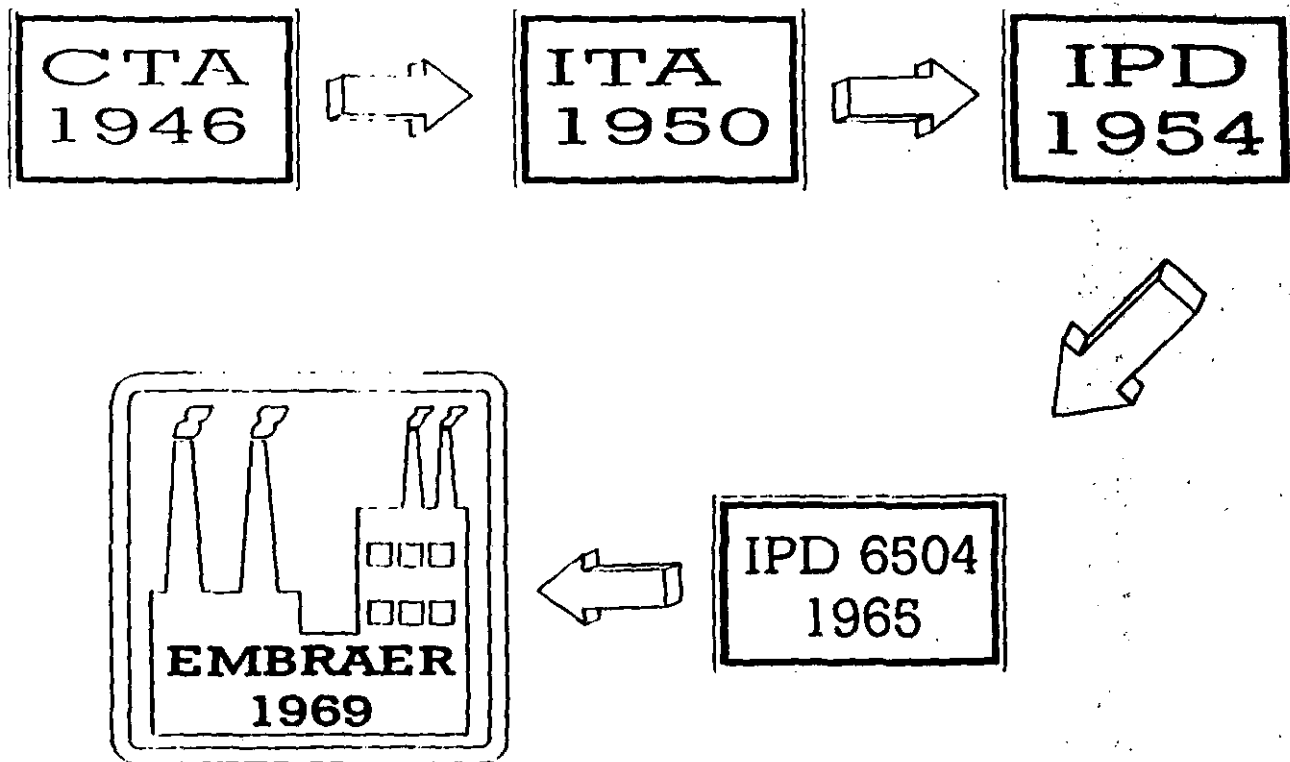
em geral, proporcionam exatamente o protecionismo à própria indústria de cada país.

É esse o apelo que faço daqui da tribuna do Senado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que o Líder do Governo — infelizmente não o vejo, no momento, neste plenário, nem o seu Vice-Líder imediato — leve ao Presidente da República este apelo. Sua Excelência, quando o então Presidente Fernando Collor estava no exterior, visitou a Embraer e teve até a gentileza de convidar dois Senadores — o Senador Jutahy Magalhães e eu — para participarmos da sua visita; vimos tudo no local. Tenho certeza de que o Presidente da República está perfeitamente consciente do que significa uma desativação completa da Embraer.

Faço este apelo ao Senado para que pensem nisso não apenas no sentido caritativo, não é isso, mas sim no sentido de proteger aquele que realmente mostrou que merece proteção; uma empresa que, pelo seu próprio esforço, se projetou no Primeiro Mundo em tecnologia de ponta.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JARBAS PASSARINHO EM SEU DISCURSO.



50 ANOS DE INVESTIMENTOS DA NAÇÃO

INDÚSTRIA AEROSPACIAL NO MUNDO

- PREOCUPAÇÃO DOS GOVERNOS EM PRESERVAR E DESENVOLVER CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA QUE A INDÚSTRIA AEROSPACIAL OFERECE
- FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE P&D, PRODUTOS MILITARES, E DE VENDAS A TAXAS DE JUROS COMPATÍVEIS COM A REALIDADE AEROSPACIAL
- INCENTIVOS FISCAIS
- COMPRA CONSTANTE DE PARTE DA PRODUÇÃO
- PREFERÊNCIA NA COMPRA DE PRODUTOS E SERVIÇOS
- COMPRA DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
- CRIAÇÃO DE BARREIRAS TECNOLÓGICAS PARA ENTRADA DE CONCORRENTES
- CESSÃO DE IMÓVEIS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

INDÚSTRIA AEROSPACIAL NO MUNDO APOIO DOS GOVERNOS

PAÍS	INVESTIMENTO EM P&D EM US\$ BILHÕES	% PIB
CANADÁ	0,14	----
REINO UNIDO	2,6	0,3
HOLANDA	0,12	0,4
FRANÇA	2,6	0,3
ALEMANHA	4,0	0,3
EUA	2,2	0,4

COMPRA DIRETA EUA, 1987 = US\$ 142.5 BILHÕES

A CRISE NA INDÚSTRIA AEROESPACIAL MUNDIAL

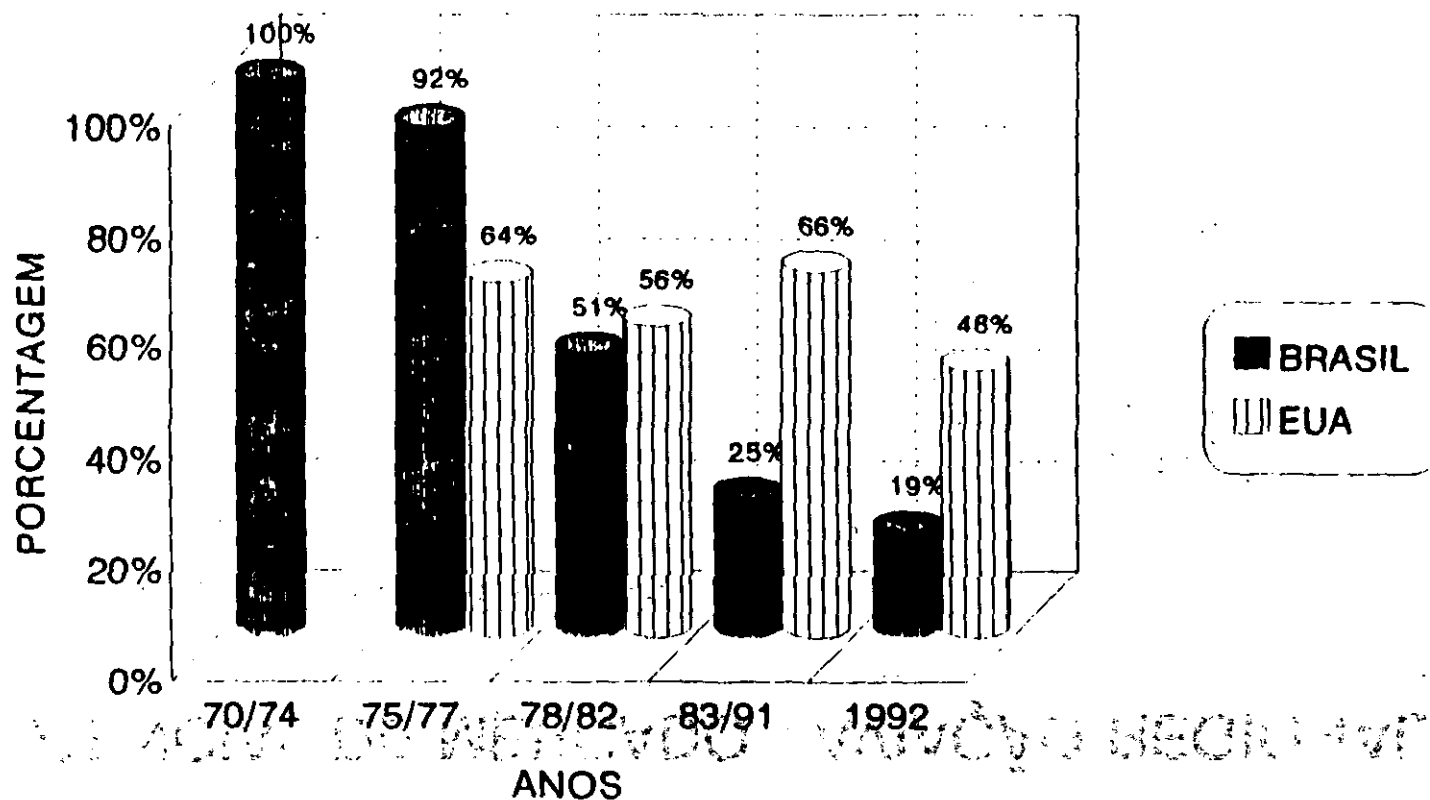
NO MUNDO:

- ENCOLHIMENTO DO MERCADO
- REDUÇÃO DA PRODUÇÃO
- DEMISSÕES EM VÁRIAS GRANDES EMPRESAS
- ASSOCIAÇÕES ENTRE EMPRESAS

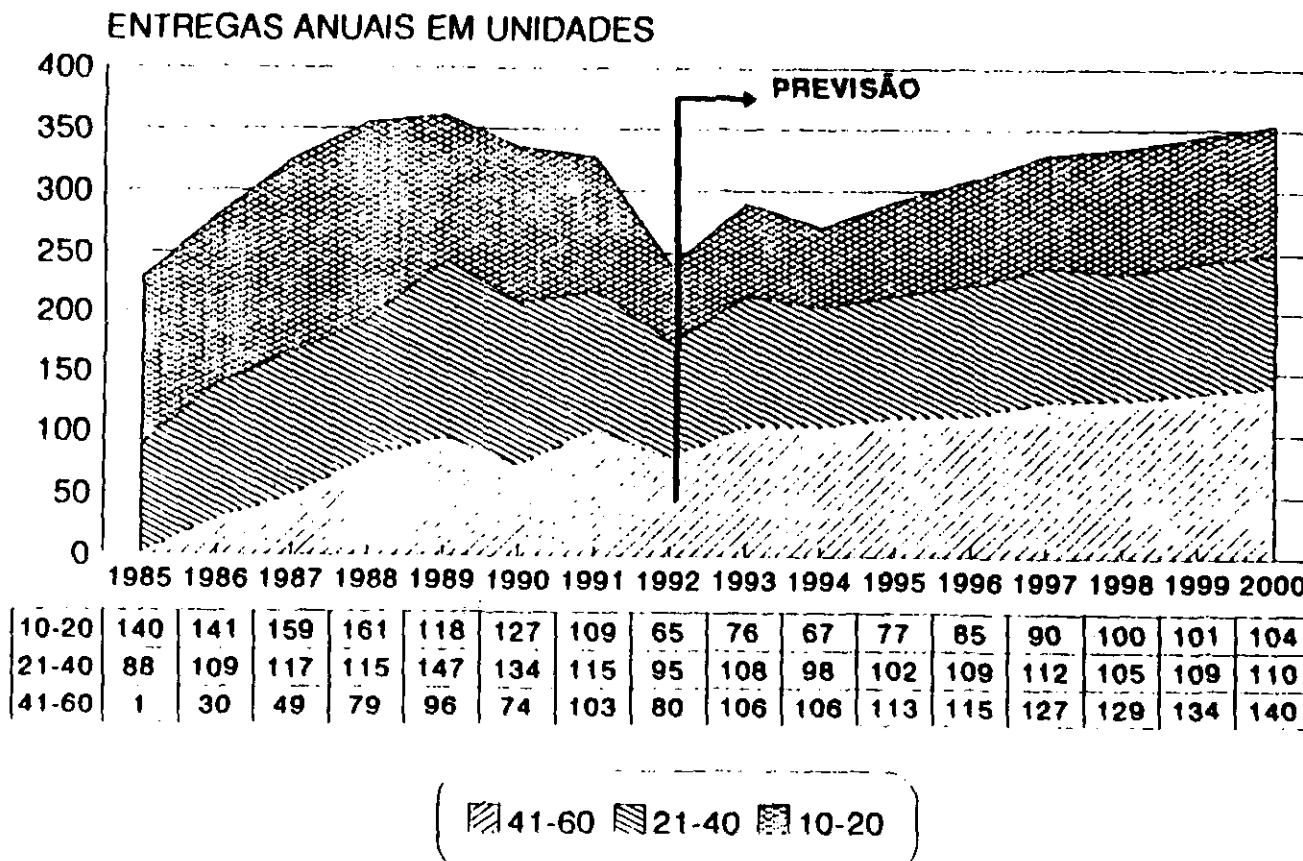
NA EMBRAER:

- REDUÇÃO DE 12.700 EMPREGADOS PARA 5.900 (55%)
- REDUÇÃO NA PRODUÇÃO: EMB-120 DE 5 PARA 2 AV/MÊS
AM-X DE 5 PARA 2,5 AV/MÊS
MD-11 DE 3,6 PARA 1,9 AV/MÊS
- REDUÇÃO NOS INVESTIMENTOS ANUAIS EM MODERNIZAÇÃO DE US\$ 20 MILHÕES PARA US\$ 1 MILHÃO.
- GERAÇÃO DE 106 EMPRESAS SATÉLITES COM US\$ 27 MILHÕES DE FATURAMENTO, 900 EMPREGADOS, REDUZIDAS PARA AS ATUAIS 26, COM US\$ 1 MILHÃO DE FATURAMENTO E 36 EMPREGADOS.

COMPARATIVO DA PARTICIPAÇÃO DAS COMPRAS DO GOVERNO NO FATURAMENTO DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA (BRASIL x EUA)



POTENCIAL DE MERCADO - AVIAÇÃO REGIONAL



O QUE É A EMBRAER

- LÍDER NO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA AERONÁUTICA
37% DO MERCADO CIVIL REGIONAL
46% DO MERCADO DE TREINADORES MILITAR
- 5.900 EMPREGADOS
- 1.200 ENGENHEIROS E TÉCNICOS
- TREINAMENTO DE MAIS DE 25.000 TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
- 135 ESTAÇÕES DE CAD/CAM DE ÚLTIMA GERAÇÃO
- TECNOLOGIA DE MATERIAIS COMPOSTOS
- TECNOLOGIA DE USINAGEM EM COMANDO NUMÉRICO
- PLANTA HIDRÁULICA E MECÂNICA FINA
- UTILIZAÇÃO DA FILOSOFIA DE GESTÃO POR QUALIDADE TOTAL
- 254.000 M2 DE ÁREA CONSTRUÍDA
- FATURAMENTO DE US\$ 7.2 BILHÕES (49% PARA O MERCADO EXTERNO)
- FATURAMENTO POSSÍVEL NOS PRÓXIMOS 10 ANOS DE US\$ 13 BILHÕES
(BRASÍLIA, AM-X, TUCANO E EMB-145)
- IMPOSTOS PAGOS US\$ 120 MILHÕES

O QUE NÃO TEMOS NA EMBRAER

- 14º SALÁRIO
- FUNDO DE PENSÃO
- LICENÇA PRÊMIO
- ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
- HORAS EXTRAS PARA O EMPREGADO EM POSIÇÃO DE CHEFIA
- BENEFÍCIOS SOCIAIS SEM ÔNUS PARA O EMPREGADO
- INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE PARA EMPREGADOS QUE NÃO ESTÃO EXPOSTOS A SITUAÇÕES QUE JUSTIFIQUEM OS ADICIONAIS

PROBLEMAS ATUAIS DA EMBRAER

- DÍVIDA DE US\$ 900 MILHÕES (US\$ 250 MILHÕES VENCIDOS)
- AMEAÇA À IMAGEM DA EMPRESA, AGRAVADA PELA INDEFINIÇÃO DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO
- CARGA TRIBUTÁRIA NOS PRODUTOS DE FORMA DESIGUAL
EMB-120 = 19.2% x 0% AVIÕES ESTRANGEIROS IMPORTADOS VIA LEASING
- EVASÃO DE PESSOAL ESPECIALIZADO
- AUSÊNCIA DE INCENTIVO À P&D
- AUSÊNCIA DE INVESTIMENTOS
- EXTINÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS
- AUSÊNCIA DE FINANCIAMENTOS DE VENDA ADEQUADOS
- SITUAÇÃO FINANCEIRA TOTALMENTE COMPROMETIDA:
CRÉDITO BANCÁRIO E CONSEQUENTE SUPRIMENTO DE MATERIAIS COMPRADOS INTERROMPIDOS
- PERDA DE MERCADO

ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÃO

CURTO PRAZO:

- CAPITALIZAÇÃO DA EMPRESA PARA REDUÇÃO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO
- COMPRA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PELO MINAER
- LINHAS DE FINANCIAMENTO ADEQUADO PARA DESENVOLVIMENTO DO EMB-145
- CRÉDITO PARA FINANCIAMENTO DE VENDAS NO MERCADO INTERNO E EXTERNO

MÉDIO PRAZO:

- CRIAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO PARA NOVOS PRODUTOS
- ADEQUAR LEGISLAÇÃO FISCAL PARA EQUIPARAR AVIÃO NACIONAL x IMPORTADO
- ABERTURA DE LINHAS DE CRÉDITO, GOVERNO A GOVERNO, PARA EXPORTAÇÃO DE AVIÕES MILITARES
- MANTER FLUXO ADEQUADO DE RECURSOS GOVERNAMENTAIS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA EMPRESA
- FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO PARA O LANÇAMENTO DE SÉRIE DE NOVOS PRODUTOS

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS E AUSTERIDADE IMPLEMENTADO

- REESTRUTURAÇÃO / REDUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DE 12.700 PARA 5.900 EMPREGADOS
- REDUÇÃO DAS DESPESAS DE INFORMÁTICA EM 56% ✓
- VENDA DE CERCA DE 5.000 ITENS DO ATIVO IMOBILIZADO ✓
- REDUÇÃO EM MAIS DE 50% DAS DESPESAS DE VIAGEM ✓
- REDUÇÃO DE 3 PARA 1 TURNO DE PRODUÇÃO
- AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NAS DESPESAS COM TRANSPORTE, RESTAURANTE, SEGURO DE VIDA EM GRUPO ✓ E SAÚDE
- REDUÇÃO EM 50% NAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

PORQUÊ PRESERVAR A EMBRAER ?

- FATURAMENTO POSSÍVEL DE US\$ 13 BILHÕES NOS PRÓXIMOS 10 ANOS (US\$ 11 BILHÕES MERCADO EXTERNO E US\$ 2 BILHÕES MERCADO INTERNO)
- CRIAÇÃO DE 3.000 NOVOS EMPREGOS
- US\$ 800 MILHÕES EM SALÁRIOS REVERTENDO EM US\$ 320 MILHÕES EM IMPOSTOS (ICMS, ISS, IPI, IR)
- GARANTIA DE CONTINUIDADE DE GERAÇÃO DE TECNOLOGIA DE PONTA *(VER ARTIGO DE MINHA AUTORIA INTITULADO "TECNOLOGIA E PROSPERIDADE")*
- CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS COM OPERADORES DO MUNDO TODO
- FICARÁ ASSEGURADO À FAB APOIO LOGÍSTICO À SUA FROTA COMPOSTA POR 70% DE PRODUTOS EMBRAER

CONSEQUÊNCIAS DA DESATIVAÇÃO

- GOVERNO DEVERÁ ASSUMIR OBRIGAÇÕES NO VALOR DE US\$ 2,5 BILHÕES DEVIDO A MULTAS E PENALIDADES POR:
 - CANCELAMENTO DE CONTRATOS DOS PROGRAMAS: AM-X, CBA-123, TUCANO SHORTS, TUCANO E XINGU FRANÇA, EMB-145, JPATS, MD-11, BOEING
 - RESCISÕES TRABALHISTAS
 - CANCELAMENTO DE CONTRATOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA GARANTIDAS A VENDAS DIVERSAS
 - INTERRUPTÃO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO
 - CANCELAMENTO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS
 - FALTA DE PAGAMENTO DE DEBENTURISTAS
 - CANCELAMENTO DE CONTRATOS COM OS REPRESENTANTES COMERCIAIS
- AGRAVAMENTO DA CRISE SOCIAL NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA
- DESESTRUTURAÇÃO DA CAPACIDADE TECNOLÓGICA
- REDUÇÃO DA CREDIBILIDADE DO PAÍS, COM REFLEXOS NA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS E NO MERCADO FINANCEIRO
- PROVÁVEIS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL DEVERÃO SER ARCADAS PELO GOVERNO

**O BRASIL DECIDIU IMPLANTAR A INDÚSTRIA AERONÁUTICA.
O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO DEVEM DECIDIR MANTÊ-LA.**

CAMPANHA PRÓ INDÚSTRIA AERONÁUTICA

- MANIFESTO: "O IDEAL DE SANTOS DUMONT VAI SOBREVIVER"
- CAMPANHA DE 1 MILHÃO DE ASSINATURAS
- FORMAR OPINIÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
- APOIO DE ASSOCIAÇÕES DE CLASSES, SINDICATOS PATRONAIS, UNIVERSIDADES E ENTIDADES DE PESQUISA
- APOIO DO GOVERNO ESTADUAL, PREFEITURA, CÂMARA E BANCADA PAULISTA
- APOIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- APOIO DE PRESIDENTES DE PARTIDOS
- CRIAÇÃO DE UMA "FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO À EMBRAER E À TECNOLOGIA"
- EXPOSIÇÃO DE PRODUTO AERONÁUTICO NO CONGRESSO NACIONAL
- SEMINÁRIO SOBRE TECNOLOGIA E INDÚSTRIA AEROESPACIAL

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo fazer um breve, mas doloroso registro para consignar o pesar com que os moradores do Rio de Janeiro e os que acompanham o desenvolvimento da cultura no País assinalam o falecimento, nos últimos dias da semana passada, do escritor Américo Lourenço Jacobina Lacombe, membro da Academia Brasileira de Letras, que se dedicou ao estudo da obra de Rui Barbosa, tendo sido, durante muitos anos, Diretor da Casa de Rui Barbosa.

Deixa aquele ilustre patricio um vácuo entre os homens que se dedicam, ainda, às letras no Brasil; essas letras tão desamparadas!

Portanto, aqui fica o registro e o pesar de todos os que conheceram e acompanharam a obra literária de Américo Lourenço Jacobina Lacombe e lamentam agora o seu desaparecimento.

O Sr. Aureo Mello — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Concedo a V. Ex^a o aparte, não digo com prazer, porque é sempre com pesar que se faz um discurso dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Advirto aos Srs. Senadores que a concessão de aparte, neste caso, não é regimental.

O Sr. Aureo Mello — Por favor, Sr. Presidente, dadas as circunstâncias fúnebres dessa situação. Quero apenas me associar ao pesar de V. Ex^a e dizer que recentemente falei sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Jacobina era o Presidente.

O SR. NELSON CARNEIRO — O nobre Senador Jarbas Passarinho, cultor rigoroso do Regimento, não podendo ter o aparte, se associa também, neste momento, juntamente com o Senador Odacir Soares, à homenagem que neste momento presto à memória de Américo Jacobina Lacombe. Esse pesar se estende não só aos membros da Academia Brasileira de Letras, mas a toda a inteligência brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A Mesa também se associa ao voto de pesar que V. Ex^a, Senador Nelson Carneiro, e os demais Senadores prestaram, neste instante, à figura, à memória do Professor Américo Lourenço Jacobina Lacombe, um dos pró-homens da cultura brasileira, cuja perda há de ser lembrada por muito tempo, haja vista sua contribuição, como intelectual, como homem de letras, para a cultura brasileira como um todo.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto que vou enfocar agora merecia um estudo mais acurado e um discurso escrito, com assessoria. Mas, dada a urgência que este tema suscita, atrevo-me a levantar algumas linhas

básicas do mesmo para que depois, com mais vagar, se possa fornecer à Casa, como eu disse, um projeto mais acurado.

O que precipitou esta minha fala, Sr. Presidente, foi a declaração do ilustre Deputado pelo Rio Grande do Sul, Paulo Paim, quando S. Ex^a sugere ao Presidente da República que seja feita a correção do salário — S. Ex^a fala em aumento, eu não falo em aumento, falo em correção dos salários — dos trabalhadores, dos funcionários mensalmente.

Eu até estranhei que o Deputado Paulo Paim, tão zeloso pelos trabalhadores e pelos direitos dos trabalhadores, não tenha feito uma sugestão de se reajustar o salário todos os dias, porque o custo de vida não sobe mensalmente, ele sobe todos os dias!

Por outro lado, ouvi aqui também, com a maior atenção, o discurso do Senador Odacir Soares, que fala também dos precários soldos que recebem os militares neste momento e é verdade; endosso inteiramente. Em seguida, o Senador Jarbas Passarinho nos concita a todos a integrarmos uma frente para salvar a Embrapa. Eu diria, Sr. Presidente, que tudo isso está amarrado a uma coisa só: o Tesouro está falido; não tem recursos!

Quanto a reajustar o salário a cada 30 dias, devo dizer que na Alemanha, antes de Hitler, foi também assim. Primeiro, o salário era reajustado anualmente; depois, de 6 em 6 meses; depois, trimestralmente, mensalmente, diariamente, chegando-se a dois reajustes por dia. Se não atacarmos o mal pela raiz, vamos ficar somente tampando buracos. Só que neste momento vamos tampar os buracos de uma peneira. É muito buraco!

Precisamos atacar, como eu disse, a estrutura básica. O mal que o País passa não é conjuntural; é estrutural, é da estrutura econômica deste País. Estamos arrecadando em torno de 21% do PIB — essa é a arrecadação total. Se ela é insuficiente para girar qualquer país, se torna muito mais insuficiente para esse Brasil que tem uma máquina tão pesada. Temos que mexer nessa estrutura, e mexer com coragem. Não estou querendo arrombar a Constituição, não quero desrespeitar o art. 3º das Disposições Transitórias, mesmo porque é de minha autoria, mas se não fosse, também estaria aqui a defender que deveríamos esperar a revisão constitucional para modificar, por exemplo, o sistema tributário nacional.

É uma lástima, Sr. Presidente! Instalamos, aqui no Senado Federal, uma CPI para coibir a elisão. No princípio, tínhamos como objetivo pegar os infratores, os sonegadores, aqueles que deixavam de pagar os tributos. Deixar de pagar é difícil, porque a pessoa física normalmente paga o tributo quando compra sua roupa, seu sapato, seu automóvel, sua comida e o seu leite. Mas o armazém, o supermercado, a farmácia, onde é pago o imposto, até arrecadar perde mais do que 50% da nossa carga tributária.

O Brasil é um dos países que mais tributa no mundo, mas, contraditoriamente, é um dos que menos arrecada.

Chegamos a essa situação em que todos brigam, gritam, e todos com razão. Como diz o adágio popular: "Casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão". Ou, se quiserem, todos têm razão.

Fui despertado, também, por uma entrevista, por sinal extraordinária, de James Buchanan, prêmio Nobel de Economia e que visita o Rio Grande do Sul esta semana, para fazer uma palestra sobre democracia, cujo título é interessantíssimo: "Democracia tem limite".

Já disse, aqui desta tribuna, que é através do pagamento do imposto que a pessoa humana se insere na cidadania. Mas

eu vou me corrigir, Sr. Presidente. Na verdade, o cidadão paga o tributo, se insere na cidadania, e o tributo não chega aos cofres da União. Estamos aí com essa arrecadação, que eu diria, ridícula. A Argentina está arrecadando em torno de 30% do PIB, e numa conversa que tive a oportunidade de ter com o Ministro Cavallo, ele dizia que para cumprir todas as obrigações, inclusive com a previdência, precisava, no mínimo, mais 2% do PIB.

Já imaginou V. Ex^a, Sr. Presidente, se nós tivéssemos mais 9% do PIB pingando todo o ano, ou caindo — porque aí já não é pingando, é desmoronando — no Tesouro Nacional? Teríamos qualquer coisa ao redor de 36 milhões de dólares por ano, todo o ano, nos cofres da União. Aí, sim, seria possível construirmos estradas. Este País, que já teve recursos para construir uma malha rodoviária das maiores do mundo, hoje não tem recursos sequer para tapar os buracos. Um país que tem um potencial hidroenergético dos maiores do mundo, também não pode terminar mais de quinze hidrelétricas que iniciou.

Se tivermos — vou alertar sobre isso, outra vez, daqui desta tribuna — por acaso, embora pessoalmente não acredite, 3% de crescimento econômico neste ano, e 4% no próximo ano, começará a haver falta de energia elétrica. Quem já passou por essa situação sabe como se torna difícil a vida no dia-a-dia.

Hoje, um país que pretende ingressar no Primeiro Mundo, e que dispõe de todas as condições para tal, na verdade está despencando do Terceiro para 4^o Quarto Mundo — e já vimos declarações referentes ao Brasil como país de Quinto Mundo —, com a falta de energia elétrica passaria a viver sem computadores, sem elevadores, sem ar-condicionado e todas as comodidades do mundo moderno. No entanto, não temos recursos para manter esses equipamentos, que estão parados e que sem os quais não podemos dar prosseguimento aos trabalhos.

O nobre economista Delfim Netto, que hoje ou amanhã estará no Rio Grande do Sul, fala coisas bem interessantes, algumas das quais eu gostaria de realçar. Recomendo a leitura dessa entrevista, embora não concorde com alguns dos seus exageros, porque ele é um liberal na acepção da palavra. Gostei, quando em depoimento que fez à CPI da Evasão Fiscal, o ex-Ministro Delfim Netto disse que não sonha com um Estado mínimo, pois prefere um Estado forte. Pedi a S. Ex^a que mudasse o adjetivo para Estado soberano, e S. Ex^a disse que o adotaria de imediato. O Estado tem que ser soberano. Mas como pode ser soberano, se não tem recursos para saldar os seus compromissos mais imediatos? Acho extremamente difícil.

Proporia ao eminente Senador Jarbas Passarinho que nós acudíssemos, sim, a Embraer, mas com o fito e com o objetivo imediato de privatizá-la. Não se privatiza uma empresa desse porte. Muitos se assustaram, aqui, quando eu defendia a privatização da Usiminas, e alguns chegaram mesmo a dizer: — Mas é a que está em melhores condições! Dá até lucro! — Ora, se pretendemos privatizar uma empresa altamente deficitária, que só dá prejuízos, que tem furo de caixa, quem vai comprar?

Sr. Presidente, já disse, mais de uma vez, mas vale a pena repetir: temos de diminuir a nossa dívida interna, que está sugando grande parte dos recursos destinados a pagar salários de funcionários, tapar buracos de estrada, construir hidrelétricas, custear a justiça, a segurança pública, que isso, sim, é obrigação do Estado. E a educação, como é que fica?

As professoras do meu Estado, Minas Gerais, estão em greve há mais de trinta dias. Não é para menos, porque elas recebem uma insignificância. Isto está amarrado a um outro fato, que é o da admissão de funcionários, de modo irresponsável, por governos anteriores, o que acaba por impossibilitar pelo menos um salário razoável para aqueles que estão trabalhando. Dinheiro curto e muito funcionário, vai partir o pão, e o desastre é total. É uma migalha para cada um.

Mas, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu volto ao tema principal do meu discurso: ou fazemos verdadeiramente um estudo aprofundado de uma reforma tributária, para que possamos aumentar a base de arrecadação, diminuir os percentuais de tributo, distribuir esses tributos de maneira a fazer justiça, ou seja, quem ganha mais, paga mais; mas aumentar a alíquota do Imposto de Renda para quem ganha mais, o que vai ocorrer é mais do que sabido — vai aumentar a sonegação. Os impostos declaratórios no Brasil, sem dúvida nenhuma, faliram. Não há possibilidade de arrecadar de todo mundo, apenas da pessoa física, e, mesmo assim, do assalariado. Eu, por exemplo, recebo meu contracheque com o Imposto de Renda já descontado, assim acontece com todos os funcionários públicos. Porém, os grandes empresários, que ganham milhões de dólares por ano, conseguem fazer suas declarações de tal maneira que, de modo geral, não chegam a pagar nenhum tostão.

Então, como enfrentar a questão? Aumentando mais, vai aumentar a evasão; aumentando a evasão, vai aumentar a injustiça, e aumentando a injustiça, o que acontece com o capital, principalmente o das empresas?

Tivemos, no ano passado, três divisões de empresas multinacionais que deixaram o Brasil. Numa delas perguntei por que estavam deixando o Brasil, se eram capitalistas que vinham aqui só para ganhar nos momentos de euforia, e na primeira recessão iam embora? Responderam-me: — Não. Existem muitos países com recessão onde estamos estabelecidos e nunca pensamos em sair. Acontece que os nossos produtos são tributados e pagamos 36% do faturamento. A nossa concorrência, com balanço publicado no *Diário Oficial*, paga 16%.

Dizia o empresário: — Convinhamos, Senador. Embora tenhamos o melhor know-how, o melhor processo de fabricação, o melhor produto final, mas 16% no nosso produto é muito. Mesmo porque fornecemos para empresas públicas, são medidores de alta precisão, e, na concorrência, fala o preço. Então, o melhor é deixar aqui. Como é que fazemos? A CPI deveria ter se deslocado naquele momento, ido à empresa concorrente e feito um levantamento. Estaríamos tentando tampar um buraco da peneira. Sabemos que a evasão é generalizada. Diz muito claramente o grande James Buchanan em entrevista à revista *Veja* desta semana: na verdade, se um país tem uma tendência para evadir, os seus contribuintes não gostam de pagar impostos, pensam que havendo aumento de impostos, vai aumentar a arrecadação. Ora, Sr. Presidente, é óbvio que o que vai aumentar é a sonegação e, como consequência, haverá aumento da injustiça. O trágico do óbvio é não ser praticado. E diz ainda outra coisa óbvia:

“Quanto mais dificuldade o governo tiver para arrecadar impostos, mais limitado ele será em seus poderes. O problema persiste quando o governo, sem capacidade de arrecadar o suficiente para pagar suas contas, tem o poder de imprimir dinheiro. Por isso, é preciso limitar também o poder.”

Estamos falando aqui, Sr. Presidente, que falta dinheiro, que precisamos de recursos para as mais diversas áreas, mas não falamos do fundamental: este País não tem uma moeda; tem aproximadamente 40. Quem tem moeda, tem uma só. Quantas moedas têm os Estados Unidos da América, o Japão, a Alemanha? Que eu saiba, é o dólar nos Estados Unidos, o iene, no Japão, e o marco, na Alemanha, e assim sucessivamente. Aqui, temos uma moeda para arrecadar, outra para pagar, outra para corrigir a prestação da casa. Depois de emitirmos uma porção dessas moedas, as chamamos de "moeda podre". Quem as emite é sempre a mesma fonte. Quem emitiu as debêntures da Siderbrás para capitalizar as siderúrgicas para depois poder privatizá-las? O Tesouro Nacional, que arrecadou dinheiro do contribuinte, aplicou-o na empresa, a empresa ficou capitalizada — então era dinheiro bom —, mas o papel que serviu para captar aquele dinheiro tornou-se moeda podre.

Como sou homem oriundo do campo, sinto que as expressões roceiras são as expressões mais fortes, de maneira que peço desculpas pelos termos. Se não cuidarmos da moeda — vale dizer, se não cuidarmos da inflação —, vamos ficar como cachorro correndo atrás do rabo; e correndo atrás do rabo a vida toda.

Sr. Presidente, um dia alguém disse, irritado, na Comissão de Assuntos Econômicos, que o Banco Central não ia controlar os juros. Nós todos sabemos que se tomássemos dinheiro emprestado com os nossos títulos da dívida mobiliária, de todos os títulos que o Governo emite, se nós pós-fixássemos os juros, saberíamos o tamanho deles; mas, na medida em que vamos vender papel com um ano de prazo, sem saber o ritmo da inflação, o tomador vai sempre pular para cima. Hoje a inflação está em 25%, mas os próprios cronistas econômicos, — que o Brasil tem a manchetes —, vão dizer: — A inflação, neste mês, é 25%, mas a tendência para o mês que vem é de 30% — Então, todo o mundo já saca 30% para cima.

Estávamos aqui sabatinando o presidente do Banco Central, e eu lhe disse: — O Banco Central nunca quis controlar a questão da moeda no Brasil, e a função precípua do Banco Central é justamente a de ser o guardião da moeda. Atualmente, o Banco Central, como o carro-chefe das instituições financeiras, é o auxiliar maior da política econômica, e assim não dá certo. Isso porque quando o Ministério da Economia usa, por exemplo, o Banco Central, guardião da moeda, para fazer política econômica, tudo está perdido.

Existe um projeto — aliás, de autoria do Presidente Itamar Franco, quando Sua Excelência ainda era Senador — que tem como objetivo tornar o Banco Central inteiramente independente. Creio que se trata de uma questão a ser estudada, mas não com aquela falta de limites, porque todo homem, toda instituição deve ter como limite a lei. Ali, não há lei estabelecendo limites. Com uma pequena emenda, talvez pudéssemos colocar em vigor essa lei de autoria do Presidente Itamar Franco, que tem como objetivo tornar o Banco Central um órgão independente e fiscalizado pelo Senado Federal. O Congresso Nacional é a instituição que tem a responsabilidade de representar o povo, e o Senado é a Casa que tem a obrigação precípua de cuidar da questão econômica e financeira do País. Por isso, o Senado deve fiscalizar o Banco Central, a fim de que não sejam cometidos os desatinos que todas as pessoas podem cometer, principalmente quando o poder é total.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. RONAN TITO — Pois não, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador Ronan Tito, lutei muito antes de pedir-lhe o aparte, porque não queria interromper a alegria que estou tendo de ouvi-lo. V. Ex^a tocou em dois pontos que me fazem pedir-lhe um esclarecimento. Essa questão das moedas podres, adjetivação dada pelo Governador do Rio de Janeiro em relação às moedas a serem utilizadas na compra, tanto quanto sei, seriam podres se tivessem que ser negociadas antes do prazo a que se referem. Se o valor de face é aquele marcado para daqui a um ano e meio, dois anos, ela não é podre; porém, se se quiser antecipar esse valor é que ela vira podre, mediante deságio. O primeiro problema é saber se essas moedas, como os TDA, as debêntures da Siderbrás e de outras mais merecem esse tipo de qualificativo desde logo ou se estão condicionadas à forma de utilização. Segundo, V. Ex^a disse que aceitaria atender à exortação que fizemos em favor da preservação da Embraer. Ora, se a Embraer vier a ser preservada, se não cair no colapso e automaticamente entrar em falência, a perspectiva é muito boa. Com a capitalização que se pretende ter agora, a resposta será, num prazo de dez anos, um faturamento possível de 13 bilhões de dólares — 13 mil milhões de dólares —, sendo que desses treze, onze em exportação e apenas dois em mercado interno. É uma criação, pelo menos, de mais três mil empregos. De maneira que eu não ficaria contra o ponto de vista de V. Ex^a, de fortalecer a empresa agora para depois negociar a sua privatização. Penso que é um objetivo a ser conquistado. Não sei se ele pode ser colimado no momento atual, tenho minhas dúvidas. Por outro lado, eu, que concordo com a privatização, estou, dentro do discurso de V. Ex^a, com o limite. E até que limite eu admito a privatização? Eu me dei conta, Senador Ronan Tito, do quanto nós estávamos estatizados neste País, de quanto estávamos fazendo capitalismo de Estado quando fui Ministro do Presidente Figueiredo. Fizemos o Orçamento de 1984. O Deputado Joffrê Frejat era meu Secretário-Geral e participou do Orçamento diretamente — creio que já referi isso no plenário deste Senado. Havia três orçamentos, na época, e só um passava pelo Congresso e não havia "os sete anões", não havia ninguém para mexer a mão no Orçamento; ele passava quase que incólume aqui no Congresso e voltava como o Executivo mandava. O Orçamento do Brasil era de vinte e seis trilhões. Mas eu, como Ministro da Previdência Social, também entrava no orçamento das estatais, que era controlado pela CEST. Quando fizemos o orçamento das estatais, verifiquei que o total era de 66 trilhões. O Brasil, 26 trilhões e as estatais, 66 trilhões! Quantas estatais, nesse conjunto de 66 trilhões, mereciam o nosso aplauso? Era a dúvida que nós tínhamos. No que se refere à questão siderúrgica, nós saltamos de uma posição insignificante para a sexta posição de venda de aço e ferro-gusa no mundo, mas com as complicações que tivemos. A partir daí, me dei conta de que, em primeiro lugar, as estatais não podiam ter o Brasil como seu refém.

O SR. RONAN TITO — Perfeito!

O Sr. Jarbas Passarinho — Elas deviam ter o mesmo risco que uma empresa privada tem: ou eram eficientes ou não eram eficientes e não mereciam ser preservadas. No caso da Embraer vi uma eficiência que, desgrazadamente, foi preju-

dicada por uma crise mundial. Concorro plenamente com V. Ex^a em que ela não deva ser intocável para efeito de privatização. A Aeronáutica já vendeu, sem problemas, outra fábrica. Todavia, em determinados pontos, pergunto-me se são justificadas as acusações do grupo — não pertença a ele — que se posiciona sistematicamente contra a privatização. Que postura teriam sobre as privatizações que fez a Sr^a Margaret Thatcher, baseada em Hayek, baseada nesses economistas liberais à *outrance*? Apesar dessas vendas, a Itália acaba de ultrapassar a Inglaterra no seu Produto Interno Bruto. Houve não um sucateamento, mas uma estagnação do desenvolvimento da tecnologia de ponta na Inglaterra. Não tomo esse exemplo como algo capaz de condenar a venda de empresas estatais, mas pergunto: se não houvesse privatizações, em que condições estaria a Inglaterra? Dentro desse ponto de vista, quero completar minha palavra em relação à Embraer, associando-me ao que diz V. Ex^a Sou partidário, sendo modesto, de um Estado moderno. Não vou a Hayek, não vou a outros economistas da Escola de Chicago que acreditam que o Estado não tem direito sequer de emitir moeda, muito menos de investir em saúde, educação e previdência social. Creio que assumimos uma grande responsabilidade quando demos um cheque em branco — eu ainda não era do Governo — ao Presidente em relação às privatizações. A partir daí, seria muito importante que o Senado, como bem salienta V. Ex^a, fizesse uma pressão permanente e desse uma assistência constante aos problemas relacionados com as privatizações. Lendo Barbosa Lima Sobrinho, fiquei perplexo, estarecido: o eminente advogado diz que a venda da Companhia Siderúrgica Nacional foi feita por 83 milhões de dólares, quando, segundo se sabe, foi realizada por mais de 1 bilhão de dólares. Pasmei-me, porque Barbosa Lima Sobrinho é um referencial dos nacionalistas brasileiros. Desculpe-me por haver-me estendido no aparte, mas o fiz com a intenção de associar-me à linha central do seu pensamento.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a o aparte, afirmando que este poderia ter sido mais longo, uma vez que V. Ex^a, por sua inteligência, sua experiência como governo, como parlamentar e como cidadão, presta sempre enorme contribuição, como acaba de fazer em relação ao meu pronunciamento.

Nobre Senador Jarbas Passarinho, se não resolvermos questões da base, da estrutura do País, haveremos de ter somente soluções paliativas. Se o Governo não dispuser dos recursos mínimos para manter a máquina do Estado funcionando, não será soberano. Por outro lado, a exemplo de qualquer cidadão ou empresa, quando um Estado se encontra endividado, deve vender parte do seu patrimônio para quitar seus débitos, diminuir o seu nível de endividamento e alongar o perfil da dívida. Dirigindo algumas empresas, pude certificar-me de que essa é a primeira providência a ser adotada quando o nível de endividamento pode comprometer o lucro.

O Brasil tem um patrimônio enorme. Não aludo às riquezas chamadas naturais, porque estas, caso não sejam exploradas, permanecem naturais, porém, enterradas. Muitos ricos vão à falência com as riquezas naturais. Eu gostaria de repetir que o importante não é a riqueza natural, sim, a artificial. O Japão tem dado provas disso a cada dia: dos 360 mil Km que possui, apenas 16% da área são agrícolas e habitáveis. Ainda assim, é a segunda grande potência mundial, ameaçando, de perto, os Estados Unidos.

A economia norte-americana receia os japoneses, porque a riqueza desse povo foi empregada da educação, na tecnologia. Nós, ao contrário, não dispomos de recursos para pagar uma professora primária. Sabe qual é o valor do salário de uma professora primária em Minas Gerais, Senador Jarbas Passarinho? Um milhão e setecentos mil cruzeiros, ou seja, menos do que ganha uma empregada doméstica, sem nenhum demérito para essa categoria, que cuida da nossa comida, que limpa a nossa casa e merece, por isso, um bom salário.

Como sairão das escolas, amanhã, os nossos filhos, que irão dirigir esse País, se tiveram como professora alguém que recebe um milhão e setecentos mil cruzeiros? Se essa profissional usar o automóvel para se dirigir à escola, gastará mais do que seu salário em combustível.

Em Minas, os professores estão em greve há trinta dias. Quem paga o ônus? Toda a sociedade, porque esse período de aulas não será reposto. Vão dar aulas no sábado e no domingo. Serão proveitosas? Haverá frequência? Vão aumentar a carga horária: em vez de quatro serão seis horas diárias. Todos sabemos que a partir de determinado tempo a criança não consegue mais se concentrar nem absorver os ensinamentos. No final, quem perde? Todos, porque a qualidade do ensino cai.

Como vamos construir a grandeza deste País, com a qual todos sonhamos? A toda hora estufamos o peito e dizemos que acreditamos no Brasil. Todavia, devemos lembrar-nos de que o futuro é a consequência do presente. Construímos o futuro construindo o presente. Sem a construção do presente, não há futuro. Seremos apenas um país com grandes riquezas naturais. Até quando essas riquezas terão valor? O ouro era considerado a maior riqueza, era tido como padrão de moeda. Entretanto, bastou a queda do muro de Berlim para que sua cotação despencasse, porque a Rússia lançou no mercado internacional suas grandes reservas.

Sr. Presidente, vou bater outra vez nesta tecla: cansamos de eleger inimigos externos. O inimigo está aqui dentro. Ou arrecadamos o suficiente para rodar essa máquina e atender às necessidades do Estado ou não sairemos da situação em que nos encontramos.

Os militares reclamam que ganham pouco. Têm toda a razão. No princípio do mês, programam suas despesas, organizam seus orçamentos com um valor salarial. No final do mês, só dispõem de 75% dessa quantia, porque 25% a inflação já tomou. Que trabalhador vive com o salário mínimo e qual é o salário mínimo suficiente?

Sr. Presidente, precisamos estabelecer uma moeda para este País. Moeda é muito mais do que valor de referência e valor de trocas. A moeda é um dos símbolos do País, como a bandeira e o brasão também. Quando viajamos ao exterior, a primeira depressão ocorre ao vermos as placas de cotação. Elas contêm o valor do dólar, do marco e de outras moedas. O cruzeiro, quando consta, vem seguido da expressão: não há cotação. É triste.

Visitei algumas vezes a Argentina, e ela, num determinado momento, reconheceu o dólar como paridade. Domingo Cavallo reconheceu uma situação de fato. Por quê? porque o dólar já era moeda corrente. Constatei que os preços das mercadorias, em vitrines de lojas, estavam fixados em dólar. Ao entrar numa loja para ver quanto custava determinado produto, recebia a resposta: custa tantos dólares. E perguntava também quanto dava em austrais. Era só pegar a máquina de calcular. Saíamos com austrais ou cruzeiros e, no banco,

trocávamos pelos dólares que quiséssemos. Aqui, não podemos fazer isso nem acho que seja o caso.

O que provoca, neste momento, algum susto no nosso orçamento? O giro da dívida interna. O giro da dívida externa, hoje, do jeito que está colocado, não nos assusta. Era melhor que não o tivéssemos, mas é uma realidade que herdamos e que temos que administrar. Dar o calote na dívida interna? Não! Quantos cruzeiros evadiram do Brasil em forma de dólares depois que o Sr. Collor confiscou a poupança nacional!

Não tenho nenhuma mágoa, pois não tinha nada guardado no banco. Mas — meu Deus! — o que ele fez para a economia deste País foi um desastre enorme. Nenhum país do mundo caminha ou cresce sem poupança; o ex-Presidente desacreditou a poupança e, principalmente, a poupança popular.

Outro dia, o pessoal da esquerda me acusava, dizendo que Collor havia cassado a poupança, mas nós, do Congresso Nacional, havíamos aprovado essa medida. Expliquei, então, que a medida provisória tinha vigência a partir do primeiro dia da edição; se a anulássemos naquela oportunidade, toda a poupança iria para o exterior. Discutimos isso. Aquela medida foi um mal sem remédio, não tínhamos como reverter a situação; foi um desastre total.

Mas, agora, precisamos dar confiabilidade à moeda e à poupança. Se não fizermos isso, não haverá saída para o Brasil.

Não sou alarmista, Sr. Presidente, muito pelo contrário, sou um otimista irrecuperável. Mas ver pela televisão que supermercados, lojas e armazéns são invadidos e achar que não está acontecendo nada, que isso é um sintoma muito pequeno, sem importância, é muito grave.

O Ministro Eliseu Resende trouxe algumas esperanças. Mas, Ministro, a primeira providência, neste instante, é pegar os títulos da dívida pública brasileira e colocar juros para serem pagos a *posteriori*; aí teremos a possibilidade de vender títulos com 6 meses de prazo, ou seja, TR inflação, mais juros, por exemplo, de 16% ao ano.

Nenhum país do mundo, nenhum banco do mundo toma dinheiro a mais de 16% ao ano; isso significaria uma queda muito grande nas taxas de juros. A partir daí determinar-se-ia ao Banco Central que os empréstimos fossem feitos a particulares e a empresas com os juros a serem pagos após o empréstimo, ou seja, tabelados em 16%, 18% ao ano, mais correção monetária.

Muitos aqui devem estar estranhando, porque a Constituição fala em juros máximos de 12% ao ano. Aliás, este é um ponto que devemos rever, urgentemente, na nossa Constituição, porque tabelar dinheiro é como tabelar qualquer mercadoria. Ir contra o mercado é remar contra a correnteza, não há outra alternativa. Como tabelar juros e querer que os bancos cumpram a tabela, se há uma demanda muito maior de dinheiro, e essa demanda é provocada pelo próprio Governo, que toma o dinheiro no mercado a custos muito mais altos? Nós queremos que isso tenha vigência, tenha obediência.

Sr. Presidente, sugiro aos Líderes de Partidos e aos Presidentes das duas Casas que criem uma comissão para rever o nosso sistema tributário. Que essa comissão seja informal, mas que apresente, logo no primeiro dia da revisão constitucional, uma sugestão plausível, correta, séria, para que possa ser discutida. Por quê? Para que tenha anualidade, senão adiaremos para o ano que vem, para o outro ano, todos os

problemas do Brasil. Não adianta fazer CPI para detectar ou para descobrir os sonegadores. Dez maracanãs, vinte maracanãs seriam insuficientes para prender todos. Temos uma cultura de não pagar impostos. As desculpas já são por demais conhecidas: para que pagar impostos? Para esse pessoal lá em cima roubar? Eu reemprego isso na minha empresa, crio emprego. Essa é a melhor das desculpas, embora esconda algo terrível: não se paga imposto porque o governo vai roubar; então, rouba-se primeiro. É uma justificativa. De ladrão para ladrão, é uma ética até razoável.

Sr. Presidente, tramita no Congresso Nacional um projeto que me entusiasmou inicialmente: o chamado imposto único. Depois de discussões e debates, verifiquei que era uma utopia. O holandês nos aconselha, há muitos anos, a não colocar todos os ovos numa cesta só. Se a cesta cai, ficamos sem ovos.

Mas o Deputado Luís Roberto Ponte, com sua acuidade, com sua inteligência e vivência do problema, está fazendo um projeto que merece ser lido. Ele fez um substitutivo muito interessante, em que estende a filosofia do imposto único para diversos produtos auto-arrecadáveis. Vou citar como exemplo o petróleo. Quando o produto sai da refinaria, a Petrobrás já recolhe um imposto, ou tem um prazo da comercialização para arrecadá-lo. Quanto? Justamente aquele percentual criado em cima da galonagem ou da litragem de petróleo que sai da refinaria. Basta instalar um computador em cada uma dessas produtoras, fábricas, indústrias, destilarias. Quanto às fábricas de cigarro, instala-se um computador e, à medida em que vão saindo os pacotes de cigarro, já se faz o recolhimento. A Receita poderá saber, ali mesmo, a quantidade de dinheiro que vai receber dentro de 30 dias, que é o prazo da comercialização do cigarro. O mesmo seria feito com relação ao telefone. Gostei muito do apelido que o ex-Senador e ex-Ministro Roberto Campos deu a esse tributo: tributo à tagarelice. Se o sujeito fala muito, paga muito. Se fala pouco, paga pouco. Imposto sobre eletricidade, todo mundo vai pagar.

Ou estendemos a base monetária para todos contribuírem ou os pobres sempre pagarão mais, porque os empresários vão sempre transferir. Ouvi de uma pessoa, de formação cãndida, pura, o seguinte: "Mas o empresário não transfere o Imposto de Renda". Quando uma empresa, principalmente uma multinacional, vem para cá, ela quer saber antes qual é a remuneração do seu capital. E é assim que tem que ser, ou haverá falência.

Ouvi, há algum tempo, o depoimento de um presidente de uma empresa aérea norte-americana. Enquanto as empresas aéreas estão falindo, ele está ganhando dinheiro. Quando perguntado sobre a sua maior preocupação, ele respondeu que era com o caixa, com a rentabilidade. "E quanto à manutenção?" Sua resposta: Sem caixa, não faço manutenção.

A preocupação de um empresário competente é com o lucro, e tem que ser. Se ele não tiver essa preocupação com a remuneração do seu capital, sua capacidade vai diminuir e ele terá que dispensar funcionários.

Sr. Presidente, a idéia pode ser estendida para o álcool, por exemplo. A cerveja não pode pagar o mesmo percentual de impostos que pagaria, por exemplo, uma aguardente forte; o referencial seria o teor de álcool. O computador faz isso com precisão de décimos de graus. Quem consome mais energia? É o mais rico, não tem dúvida nenhuma. Quem consome mais petróleo? É claro que aí tem uma recessividade, pois é o óleo diesel, que transporta e produz o produto agrícola;

na verdade, ele encarece o produto agrícola. Mas o imposto sobre energia elétrica incide muito mais sobre quem gasta mais. Casa de pobre não tem refrigerador, não tem condicionador de ar e raramente tem uma televisão. Seria bom até que se disciplinasse o uso dessa televisão.

Outro dia apresentaram-me um argumento de que certas operações financeiras, por serem muito rápidas, não deveriam ser tributadas, como, por exemplo, as da Bolsa. Isso seria interessante porque acabaria com os especuladores, que compram e vendem a toda hora, sem trazer a menor rentabilidade para o País, apenas desassossego. A Bolsa de Valores é, na verdade, captação de uma poupança, transferência da renda de uma pessoa física para uma empresa com possibilidade de lucro.

Convido todos a lerem o substitutivo, bem engenhoso, do Deputado Luís Roberto Ponte ao Projeto do Imposto Único.

Discutindo com pessoas que entendem do assunto, como o ex-Senador, hoje Deputado Roberto Campos, e com o Deputado Delfim Netto, concluímos que o projeto é muito bom. O Deputado Delfim Netto acha que deve ser acrescentado, no seu projeto, o Imposto de Renda sobre Pessoa Física a partir de um determinado salário.

Devemos também manter o Imposto sobre Propriedade, seja urbana ou rural, pois, nesse sistema, quem muito produz muito paga. Se não criarmos o Imposto Territorial Rural crescente na medida da improdutividade da terra, estaremos penalizando justamente quem produz. Paga-se sobre petróleo, energia elétrica e outros itens, e quem não está usando a terra beneficia-se disso.

Da mesma forma, deve ser mantido o Imposto Territorial Urbano, um imposto social, para que alguém que queira morar em uma mansão tenha como pagar por isso, visto exigir mais energia elétrica e mais benefícios do que um pequeno rancho.

Há ainda o famoso Imposto sobre Exportação-Importação, instrumento pelo qual o País controla as suas divisas e a sua economia exportável e importável.

Sr. Presidente, sugiro que formemos, imediatamente, uma comissão do Congresso Nacional — mesmo que informal, para estudar o sistema tributário — que nos permita oferecer, na revisão constitucional, um projeto globalizante, que tenha inteireza, capaz de sensibilizar o Plenário, porque esse sistema tributário com o qual estamos convivendo, com toda sinceridade, quanto mais o vejo, mais noto que ele não tem possibilidade de ser consertado.

Além disso, constituir CPI para pegar infratores, os famosos sonegadores, é uma opção impraticável, já que não temos e nem teríamos espaço suficiente.

Por outro lado, torna-se urgente a instalação da Comissão de Orçamento. Antes de se pensar em discuti-la em cada comissão, temos que instaurar uma comissão técnica, composta de profissionais concursados que entendam de Orçamento. O polimento, depois, deverá ser dado pelos políticos.

Não adianta, Sr. Presidente, fazermos tudo isso, fazermos moeda e continuarmos a chover no molhado. Na hora da crise, todos os benefícios acabam sendo direcionados para as grandes cidades e os grandes centros. Eu diria que a crise brasileira é nacional, mas é muito mais profunda nas grandes cidades. O Ministro da Economia deve pensar urgentemente em acertar a economia e incentivar o seu crescimento no interior, nas pequenas cidades, no campo. Por que não começar com uma reforma agrária correta, séria, sem títulos podres,

que possibilite a que algumas pessoas possam plantar, para si e para os seus, visando ao seu sustento próprio?

Dar o gás, dar leite ou dar alimento na hora de uma crise minora a situação. Todos os países, em um determinado momento, fizeram isso. Porém, se não tomarmos medidas de fundo, daqui a pouco seremos 150 milhões de brasileiros na fila do gás, ostentando uma conta mensal de menos de 60 quilowatts/hora, para receber a bonificação do custo de gás.

O importante é acertar a economia, criar uma moeda para este País, ou, se preferirem, recriar, senão vamos continuar feito bombeiros em uma cidade toda incendiada, apagando um foco aqui, outro ali, enquanto o incêndio maior se alastra.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Ronan Tito, o Sr. Francisco Rollemberg deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

OSR. AUREO MELLO (PRN-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna apenas para fazer constar nos Anais da Casa o falecimento, ontem, em acidente automobilístico, do escritor e jurista Clairé de Souza Pires, membro da Academia de Letras de Brasília e do Elos Clube de Brasília e procurador aposentado do Banco Central. Clairé era uma pessoa de cultura e inteligência extraordinárias e, através de livros, revelava o seu saber e a sua sensibilidade.

Esse acontecimento contristou profundamente os meios intelectuais e sociais de Brasília, onde ele desfrutava de um conhecimento muito amplo, decorrente da sua popularidade, que, por sua vez, era consequência do seu espírito brilhante e muito alegre. Estava sempre pronto a servir, com os seus conhecimentos, todos aqueles que dele se aproximassem, objetivando um socorro intelectual ou até espiritual.

Infelizmente, esse acidente revela algo que se está tornando realmente um verdadeiro fantasma nesta cidade: a falta completa de controle sobre os automobilistas. Talvez por Brasília não ter muitos semáforos ou ter um número muito limitado de quebra-molas, a verdade é que, ultimamente, tem crescido barbaramente o número de verdadeiros loucos espalhados nesta cidade, fazendo com que, no momento em que saímos à rua de automóvel ou não, sintamos a necessidade de nos benzer, encomendando a alma a Deus, porque a velocidade em que trafegam os carros é verdadeiramente absurda. Considero isso como um vício até de origem. As fábricas não deveriam capacitar seus veículos a atingir uma velocidade tão violenta, porque isso causa episódios tristes como o de Clairé de Souza Pires, e que se repete diariamente, não só em Brasília mas também nas outras capitais. A situação em Brasília, particularmente, está se tornando absurda, e isso exige a atenção dos dirigentes especializados.

Portanto, no momento em que lamento o passamento desse companheiro, aproveito a oportunidade para fazer o meu apelo às autoridades de trânsito no sentido de que ponham atenção nesses fatos que se verifica ultimamente, porque têm aumentado e dirigir é algo que se torna, cada dia, mais perigoso.

Outro dia, dirigindo na pista que leva a Taguatinga, não se via carro nenhum no momento da travessia; quando atravessamos a pista, já de carro, ouvimos o barulho da freada de um automóvel que, em desabalada carreira, se aproximava do carro que íamos dirigindo. Nunca poderíamos imaginar que o mesmo iria surgir como um bólido, um foguete, um *discovery* em tão pouco tempo.

Sr. Presidente, por causa de coisas como essa é que se foi o companheiro Clairé. Perdemos um companheiro na Academia de Letras de Brasília. Vamos deixar de contar com a presença jovial de um ser humano que dava exemplo de cordialidade e de bonomia a todos os seus semelhantes, uma alma muito especial.

Reitero a manifestação de pesar, já feita anteriormente em aparte ao Senador Nelson Carneiro, a respeito do falecimento do ilustre Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras, ocorrido no Rio de Janeiro, Américo Jacobina Lacombe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, uso da palavra, nesta oportunidade, para fazer um breve registro sobre um acontecimento de interesse cultural ocorrido em Salvador, na Bahia, com o lançamento do livro "Aventura Editorial de Pinto de Aguiar", fundador da Editora Progresso, que durante 15 anos, no período de 1945 a 1960, publicou centenas de livros, contribuindo de forma admirável para a promoção da cultura na Bahia e em nosso País.

Esta publicação é uma iniciativa do Instituto Baiano do Livro, Assembléia Legislativa e Academia de Letras da Bahia e dele fazem parte depoimentos valiosos de João Eurico Mata, Jorge Calmon, Fernando Pedrão, Wilson Rocha, Myrian Fraga, Fernando da Rocha Peres, Fernando Souza e Luiz Guilherme, com apresentação dos professores Cláudio Veiga, Presidente da Academia de Letras da Bahia e Sérgio Matos, Presidente do Instituto Baiano de Letras, com prefácio de Consuelo Novais Sampaio.

Manoel Pinto de Aguiar foi empresário, político, professor, jornalista e acadêmico, tendo realizado, com o seu empreendimento editorial, uma obra de grande significação, talvez a mais importante iniciativa editorial deste século na Bahia, cerca de 400 títulos e 500 edições, muitos dos quais, posteriormente, foram republicados por editoras de porte nacional como a Civilização Brasileira, Itatiaia e a Companhia Editora Nacional.

Na vida pública, além de outros cargos importantes, Manoel Pinto de Aguiar exerceu, também, a Diretoria da Petrobrás, Caixa Econômica e Eletronorte. Como empresário, construiu vários bairros em Salvador. Era um homem versátil, preparado e idealista, viveu 81 anos e deixou na Bahia entre as marcas indeléveis de sua passagem a experiência da Editora Progresso, cuja epopéia consta desse livro a que me referi, lançado no dia 23 de março do corrente ano, na Academia de Letras da Bahia e intitulado "A Aventura Editorial de Pinto de Aguiar".

Consciente de sua idade já avançada, motivado por um crescente amor à cultura e zelo pelos seus livros, visando perpetuá-los na atividade dos estudiosos, em 1983 doou todo o seu acervo bibliográfico, constituído de mais de 10 mil volu-

mes, ao Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia.

Quando do seu falecimento, fiz um registro no Senado, no dia 11.12.91, ocasião em que focalizei os múltiplos aspectos de sua atuação na vida pública e na iniciativa privada, lembrando, também, que era natural de Alagoinhas, cidade onde me criei. Privava de sua amizade, que herdei do meu pai, pois eram grandes amigos, e aprendi, desde cedo, a admirar aquele ilustre homem público e empresário, a quem hoje, mais uma vez, presto esta homenagem.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento, dos seguintes artigos publicados em *A Tarde*: "Um idealista chamado Pinto de Aguiar", autoria de Júlio Lobo, edição de 23.3.93; "Aventura e realização de Pinto de Aguiar", autoria de Thales de Azevedo, edição de 2.4.93; e "A EFBA e o acervo de Pinto de Aguiar", autoria de João Carlos Teixeira Gomes, edição de 3.4.93.

Documento a que se refere o Sr. Lourival Baptista em SEU DISCURSO:

A Tarde

Terça-feira, 23-3-1993

UM IDEALISTA CHAMADO PINTO DE AGUIAR
Será lançado, hoje, às 17 horas, na Academia de Letras da Bahia, o livro coletivo "A Aventura Editorial de Pinto de Aguiar", sobre o criador da Progresso

Júlio César Lobo

No dia 8 de abril do ano passado, o recém-criado Instituto Baiano do Livro promoveu, na Academia de Letras da Bahia, uma mesa-redonda com a finalidade de evocar a atividade editorial do empresário, político, professor, jornalista e acadêmico Manoel Pinto de Aguiar (1910-1991). Os depoimentos de João Eurico Mata, Jorge Calmon, Fernando Pedrão, Wilson Rocha, Myrian Fraga, Fernando da Rocha Peres, Armando Souza e Luís Guilherme buscaram reconstituir, com a força da memória e a precisão de documentos, a criação da Editora Progresso, que, em 15 anos, publicou centenas de títulos, marcando a história cultural da cidade no pós-guerra.

Os depoimentos daquela sessão estão agora reunidos, sistematizados e revistos no livro *A Aventura Editorial de Pinto de Aguiar*, 121 páginas, uma publicação do Instituto Baiano do Livro e Assembléia Legislativa da Bahia, que será lançado hoje, às 17 horas, na Academia de Letras da Bahia, com edição e projeto gráfico do jornalista Luís Guilherme Tavares, capa de Carybé e apresentação dos professores Cláudio Veiga, presidente da ALB, e Sérgio Mattos, presidente do IBL. O prefácio é da professora Consuelo Novais Sampaio, que não participou da mesa-redonda, mas que escreve também um capítulo sobre a versão de um manuscrito do homenagem, intitulado "Uma Aventura Editorial". A tiragem é de mil exemplares, sendo que 600 serão destinados ao IBL, para distribuição gratuita entre os associados e comercialização, ao preço de Cr\$ 100 mil, em dois postos de venda: Livraria Grandes Autores e Livraria do Aeroporto.

O que a maioria dos depoimentos destaca é uma indagação que até hoje se faz na cidade: como foi possível a um empresário local, fora dos grandes centros e sem contar com uma distribuição profissionalizada para cobrir um país com dimensões continentais como o Brasil, manter por 15 anos uma editora com um bom padrão de publicações, sem fazer concessões? Em primeiro lugar, tem-se que destacar que a

editora, surgida a partir da livraria homônima — que ainda hoje funciona na Praça da Sé, — foi criada como o fruto de um ideal e não como mais um empreendimento comercial ou industrial para dar lucro.

O FEIJÃO E O SONHO

O idealismo do homem de letras que era Pinto de Aguiar não o fazia tirar os pés do chão. Ele sempre soube que era necessário, para a sobrevivência de uma editora, a conciliação entre os objetivos culturais com o fluxo de caixa. “Não basta ao editor querer produzir livros de boa qualidade. Não podemos esquecer a relação entre a oferta e a procura. É impossível fazer-se uma editora para publicar apenas Prêmio Nobel”, dizia sempre. Apesar de ter criado a Progresso para realizar um sonho de editar autores novos da Bahia, a estréia da empresa foi com o ensaio *Richelieu*, de Augusto Bailly. Era um homem prático.

A Editora Progresso era Pinto de Aguiar. Tanto que, em 1960, quando ele assumiu a presidência *Função Dinâmica das Bibliotecas*, de Pinto de Aguiar, da Petrobrás, o sócio — Armando Souza — não quis continuar o empreendimento sozinho, uma vez que não se considerava editor, cuidando tão-somente da parte comercial e da livraria. Assim, acabava uma das poucas experiências editoriais na Bahia, neste século. Uma prova inquestionável da qualidade do empreendimento é que muitos dos seus títulos foram republicados por empresas consolidadas, como *Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro), *Itatiaia* (Belo Horizonte) e *Companhia Editora Nacional* (São Paulo), dentre outras.

ALGUNS TÍTULOS

Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício, de Antônio Vieira. Introdução e notas de Hermani Cidade.

Introdução à Gramática da Língua Iorubá, de Edson Nunes da Silva.

O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina, de Teodoro Sampaio.

O Problema do Governo Socialista, de Stradfor Crips.

O indivíduo e o Estado, de Spencer.

Margareth, de Caroline Slade.

Richelieu, de Augusto Bailly.

Navio Negreiro, de Castros Alves.

Tratado de Bacteriologia, de Eduardo Araújo.

A Caminho de uma Moral sem Dogmas, de Ingenieros.

O Estado Corporativo, de Pedreira Bastos.

A Democracia, de Benda Julian.

Olhando para o Futuro, Franklin D. Roosevelt.

A Bahia de Ontem, Manoel Querino.

Cartas Econômicas e Políticas, de Rodrigues de Brito.

A Correspondência de Ruy, de Afonso Rui.

A Carne, de Júlio Ribeiro.

Os depoimentos recolhidos na publicação *A Aventura Editorial de Pinto de Aguiar* são preciosos para o traçado do perfil deste homem versátil, preparado e idealista, mas, independente das ricas informações que trazem, há apenas uma ressalva: o catálogo da editora. As informações do livro são divergentes. O professor Cláudio Veiga fala em “mais de 400 títulos”; os manuscritos de Pinto de Aguiar acusam o lançamento de 450 títulos; e “cerca” de 500 edições; Armando Souza registra “mais” de 400 títulos, finalmente, o editor da publicação, Luís Guilherme Tavares, afirma, com base na consulta ao catálogo, a edição de apenas 250 títulos, o

que já não seria pouco, levando-se em conta as condições da indústria editorial na Bahia entre 1945 e 1960 ou — o que é pior — até hoje.

A Tarde, Salvador, Bahia, Sábado 3-4-1993 A UFBA E O ACERVO DE PINTO DE AGUIAR

João Carlos Teixeira Gomes

Nas últimas semanas, notícias inverídicas, plantadas na imprensa e numa publicação recentemente editada, forneceram uma idéia errônea sobre o acervo da Biblioteca Pinto de Aguiar, doada, desde 1983, à Universidade Federal da Bahia, que hoje a abriga.

Em síntese, ambas as informações, partidas da mesma fonte, afirmam que “há dezenas de pacotes e caixas que até hoje permanecem lacrados”, provocando “indignação”, dando-se a entender, assim, que o acervo está sendo tratado de forma disidiosa. Diz-se ainda que o CEB não preparou um catálogo dos livros porque não houve o cuidado de fazer-se “o levantamento dos bens doados, à medida em que foram chegando, a partir do ano da assinatura do contrato”. Pela gravidade das alegações que contém, atingindo sobretudo os esforços e a dedicação das duas administrações anteriores do CEB, em cujos períodos se verificou a transferência dos livros, tais afirmações não podem passar sem a devida contestação.

Pinto de Aguiar — a quem a Bahia tanto deve, pela sua fecunda atividade de editor, escritor, empresário e homem público — doou, em 83, seu acervo pessoal ao Centro de Estudos Baianos porque bem conhecia o dinamismo da então diretora do órgão, professora Consuelo Pondé de Sena, que já havia incorporado à UFBA a extraordinária biblioteca humanística de Frederico Edelweiss, disputada pela Universidade de São Paulo e instituições estrangeiras. Agiu com acerto, porque, mal começaram a chegar os caixotes contendo os livros, cujo envio Pinto de Aguiar pagava do próprio bolso, a professora Consuelo Pondé não só designou uma bibliotecária para realizar o levantamento bibliográfico e a consequente catalogação dos volumes, como obteve uma sala especial, no prédio da antiga Faculdade de Medicina, exclusivamente para abrigá-los. Desde o primeiro momento, assim, ao contrário do que se disse, a doação, estimada em cerca de 10 mil livros e documentos, passou a ser objeto do tratamento que lhe era devido.

Ocorre que, com o passar do tempo, uma sucessão de fortes chuvas, danificando a estrutura precária da velha faculdade, gerou infiltrações e rachaduras que afetaram a segurança do patrimônio. Agindo com presteza, a primeira diretora do CEB, após consulta aos órgãos técnicos da UFBA, decidiu isolar a sala e recolher os livros. Como não havia, na época, outro espaço disponível, foi acumulando os caixotes, e logo firmou um convênio com o Instituto do Patrimônio Artístico da Bahia para a recuperação da sala em seis meses, período durante o qual ali se abrigariam relíquias da antiga Sé, que estavam recolhidas na Catedral Basílica, templo que, por sua vez, sofreria obras de restauração, realmente efetivadas.

Todos esses esforços de preservação do acervo Pinto de Aguiar foram seqüenciados pelo professor Fernando Peres, quando dirigiu, de 1984 a 1990, o Centro de Estudos Baianos. Acontece, porém, que, por entraves burocráticos, o IPAC não cumpriu o prazo da entrega da sala: somente agora, em sua atual gestão, está removendo as relíquias da Sé para iniciar as obras. Gerou-se uma situação que fugia ao controle do Centro de Estudos Baianos, cujas dependências, acolhendo também os relevantes conjuntos da Biblioteca Frederico Edel-

weiss e do "Núcleo Sertão", doado pelo professor José Calasans, no total de mais de 30 mil livros e documentos, não ofereciam disponibilidades para novas incorporações. Deliberei, então o professor Peres, iniciar negociações para a transferência da sede do Centro de Estudos Baianos, enquanto recolhia os caixotes remanescentes com os livros do professor Pinto de Aguiar numa área interna do órgão justamente para que não sofressem a ação das intempéries e dos cupins, que, aliás, infestam o solo do Terreiro de Jesus. A crise financeira que se abateu nos últimos anos sobre a administração federal, incidindo gravemente sobre as universidades brasileiras, não favoreceu mudança do Centro, cujas instalações são hoje inadequadas.

Assumindo o cargo em 24 de julho de 1990, já em 6 de agosto do mesmo ano a atual direção do Centro, em detalhado Ofício de nº 59, descrevia minuciosamente para a alta administração universitária a situação existente, indicando haver 76 caixotes remanescentes, e insistia na necessidade de transferência do órgão para outra sede. Imediatamente, pela ação persistente do diretor, duas alternativas foram previstas, mudá-lo para um dos andares da Biblioteca Central da UFBA, em Ondina, ou para a ala lateral direita do mesmo prédio, que iria desocupar-se com a construção do edifício do Instituto de Letras. A primeira solução inviabilizou-se, pelas dificuldades do espaço utilizável menor do que exigia o patrimônio do Centro, bem como pelo excesso de calor do local, que ameaçava a integridade dos livros. A segunda área acabou sendo ocupada pela antiga biblioteca do Instituto de Letras, não incorporada ao novo prédio, cuja construção previa mais uma unidade, que não se consumiu.

Tendo assumido a Reitoria da UFBA, a professora Eliane Azevedo logo foi inteirada das negociações anteriores e da crise de espaço existente nas instalações do Centro. Em companhia do presidente nacional da SBPC, professor Enio Candotti, que se mostrou impressionado com a riqueza do patrimônio do CEB, a reitora visitou as dependências do órgão para conscientizar-se in loco das suas carências e do estado do seu patrimônio. Idêntico procedimento teve o professor Pasqualino Magnavita, pró-reitor para Assuntos de Extensão da UFBA. Várias alternativas foram colocadas e estão sendo estudadas para uma solução que possibilite o abrigo definitivo do acervo. Desde setembro de 1992, não há mais qualquer livro encaixotado: todos foram distribuídos por novas estantes, adquiridas para este fim. A preparação do catálogo prossegue. Há, portanto, duas nítidas questões a destacar: uma, relativa aos cuidados com a manutenção do material doado — que têm sido permanentes, ao longo de três gestões sucessivas. Outra, alusiva a problemas de espaço físico e que não se restringem à acomodação dos livros: o Centro, por exemplo, que ministra cursos de extensão, não dispõe ainda de uma sala de aula, o que prejudica suas atividades, dependentes do apoio de outras unidades. Questões, porém, como a de espaços disponíveis são comuns às instituições que lidam com livros no Brasil, incluindo a Biblioteca Nacional. A própria Academia de Letras da Bahia somente após transferir-se para o Palacete Góes Calmon pôde instalar condignamente a sua riquíssima biblioteca, que sofreu vicissitudes anos consecutivos, com perda inclusive de volumes pela ação de chuvas, sem que isto significasse desmazelo da sua direção. Transfornos idênticos já sofreram (e ainda sofrem, em certa medida) órgãos como o Arquivo Público e o Conselho Estadual de

Cultura. Acervos são núcleos em permanente expansão — do contrário, estariam mortos.

Esta, pois, a verdadeira história (contada pela metade, por falta de espaço) da saga do Centro de Estudos Baianos em prol da preservação do seu rico patrimônio. Temos a convicção de que até o término da atual gestão universitária — que já iniciou a recuperação do acervo da antiga Faculdade de Medicina — a questão premente, da sede do CEB, terá sido resolvida. Enquanto isso não ocorre, porém, o órgão continuará honrando o legado dos seus doadores. É uma instituição digna e operosa, de portas abertas, que, além de cursos, beneficia uma extensa gama de pesquisadores, inclusive internacionais, e mantém uma linha de publicações (ao todo, 145) que, duramente afetada pelas restrições do governo Collor, ao extinguir a Lei Sarney, será proximamente retomada, com cinco novas monografias já programadas.

Não serão notícias infundadas que alterarão o curso sereno do Centro, nem seus problemas serão resolvidos com campanhas de cunho personalista, que podem oferecer margem de promoção pessoal a detratores, mas que longe estão de representar a verdade dos fatos ou a perspectiva de soluções práticas, viáveis e realistas.

João Carlos Teixeira Gomes é diretor do Centro de Estudos Baianos.

A Tarde • Sexta-feira • 2-4-1993

AVENTURA E REALIZAÇÃO DE PINTO DE AGUIAR

Thales de Azevedo

Merecedora de aplauso a iniciativa do Instituto Baiano do Livro (Sérgio Mattos e colaboradores) de publicar e distribuir *A Aventura Editorial de Pinto de Aguiar*. É um conjunto de estudos e depoimentos sobre a obra pessoal e os trabalhos de um grande baiano especialmente como autor e editor que levou a cabo, realmente, uma realização extraordinária nesse setor. O que na verdade Pinto fez teve proporções e caráter fora do comum e do habitual. Mais que aventura, que jogada ao acaso, foi empreendimento pensado e planejado com inteligência e sabedoria, donde seu êxito. As séries de obras em que enquadrou suas edições não foi casual nem improvisada: somente um espírito culto e lúcido a poderia ter concebido. A decisão que tomou em 1945 de fundar a Editora Progresso foi coroada de resultados porque imaginada com racionalidade e, naturalmente, meditada coragem: tudo, em seus detalhes menores, foi programado e levado a efeito com ordem e paciência, contando com as dificuldades inevitáveis num meio despreparado para o que inaugurava. Um exemplo são os lançamentos de edições. Não eram feitas com pretensiosa tentativa de abrir caminho em meios já trabalhados por editoras de porte e nome. A mim explicou que lançava primeiro seus livros nas cidades dos arredores de grandes capitais, em Pelotas, Campinas, Campina Grande, até que alcançasse São Paulo, Rio, Recife. Na prática esse foi um dos motivos da ordenada difusão que atingiu em nível nacional. Claro que a natureza das obras oferecidas aos leitores era o atrativo maior. Tudo fazia sem ativismos exibicionistas, calmo, paciente, ordenado.

Pinto, como o chamávamos seus colegas e amigos, aos quais era metódico e regular, fiel e atencioso, em felicitar por aniversários e outras razões do próprio punho — seriam dezenas — não se perturbava; deveria ter horário para cada coisa e o cumpria sem perturbação. Também não faltava nem se atrasava às reuniões a que sua atarefada existência obrigava.

Estava aí uma das explicações para o cumprimento exato e perfeito das tarefas a que se comprometia. Foi esse um dos títulos com que se recomendou para a direção e presidência de grandes instituições públicas, como algo natural e inevitável. Não se fazia de rogado nem se vendia caro, simplesmente cumprindo o dever na sala de aula, no escritório, nas organizações às quais deu seu talento e competência. Seria, por tudo, um dos "baianos muito ilustres" que Antônio Loureiro, com muita razão, inscreveria em mais uma das suas séries.

Alagoinhas deve, por sua parte, orgulhar-se deste filho. E Jorge Calmon envidar-se da colaboração que deu a esse vencedor em determinado período incerto e problemático, contribuindo para o alicerce seguro dessa obra.

Thales de Azevedo é médico, antropólogo e professor emérito da UFBA.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a imprensa tem produzido insistentes análises a respeito da dificuldade de acesso popular aos medicamentos, em face dos preços praticados pelos laboratórios, em certos casos bem acima dos índices inflacionários e do reajuste salarial, muito devido à multiplicidade de princípios ativos encontrados sob variada denominação.

A própria organização Mundial da Saúde preparou uma lista com 270 remédios de natureza essencial, que possam cobrir a variada gama das principais moléstias, num alerta contra a proliferação descabida de produtos similares, diferenciados apenas nos preços. Por não estarem mais protegidos por lei de patentes, esses produtos, a partir de uma efetiva política de saúde, poderão ser comercializados a valores acessíveis.

A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária estará também baixando portaria, vedando a comercialização de associações medicamentosas inadequadas, providência capaz de tornarem impróprios para consumo cerca de seis mil remédios. O Secretário Roberto Chabo considera que apenas dez dessas associações sejam aceitáveis, ao alertar, inclusive, para a possibilidade de as demais, em alguns dos casos, acarretarem alterações citogenéticas, de transmissão hereditária, sem necessariamente causarem danos ao usuário direto.

Ainda quanto aos efeitos colaterais, sua identificação é muito demorada, pela dificuldade de se detectar o agente provocador, tendo em vista a variedade de substâncias empregadas na sua fabricação.

Talvez seja essa, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma luta realmente eficaz travada pelas camadas de baixa e de nula renda contra os custos de saúde não providos pelo Poder Público.

Pouco adianta, é forçoso admitir-se, nadar contra a corrente representada pelo grande cartel farmacêutico mundial, proprietário incontestado de praticamente toda a fatia do mercado em todos os países.

A inclusão, na embalagem dos remédios, do nome de sua substância ativa, de acordo com a Denominação Comum Brasileira-DCB, bem como a possibilidade de seu fracionamento, conforme dispõe o Decreto nº 793, de 5 de abril último, será outro passo decisivo destinado a estimular a concorrência de preço, em detrimento da concorrência de marca, pois um mesmo produto, como se sabe, vem maquiado de fábrica por

nomes comerciais diversos, acobertando uma indesejável prática de vários pesos para uma única medida. Além do mais, o cliente passa a dispor da faculdade de adquirir a porção exata prescrita pelo médico, sem se submeter a uma compra forçada pela embalagem de fábrica, que, além de encarecer o produto, muitas vezes apresenta quantidade aquém ou além do necessário.

Em adição a esse expediente, seria recomendável que o Poder Público acertasse com os laboratórios que toda produção de medicamentos no Brasil contivesse apenas sua denominação genérica, abolindo-se, em definitivo, o nome comercial.

A ABIFARMA, por incrível que pareça, vem pregando, veladamente, a desobediência à norma legal. Segundo seu próprio presidente, José Eduardo Bandeira de Mello, em declarações ao Jornal do Brasil, "a lei não vai ser cumprida", em primeiro lugar porque o Decreto prevê a manutenção permanente de um farmacêutico no estabelecimento, representando encargos adicionais; em segundo lugar, porque a inscrição do princípio ativo na embalagem significará sua reimpresão e, naturalmente, mais despesas a serem repassadas ao consumidor; em terceiro lugar, pela confusão a ser causada na cabeça do comprador, ao ver inseridos termos técnicos na embalagem, como é o caso do ácido amino beta hidroxibutírico e de outros de igual complicação.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trata-se de falácia corporativista, de mentalidade oligopólica, complicadora do processo de barateamento do preço dos remédios, em total desacordo com o entendimento dos técnicos do governo e da população em geral. É dever de consciência, inclusive por determinação legal, que o estabelecimento farmacêutico seja provido de um profissional qualificado, responsável pela casa e pelo atendimento ao consumidor, prestando esclarecimentos e orientando para o uso da prescrição. Acontece que isso vem ocorrendo, historicamente, dentro de um princípio ao mesmo tempo mercantil e anti profissional. É comum que farmácias mantenham um farmacêutico apenas para lhes "dar nome", ou seja, para regularizar o seu funcionamento, sem maiores preocupações éticas, tanto de um quanto de outro lado. Há farmacêuticos que jamais passaram da soleira da porta do estabelecimento, apondo apenas sua assinatura na documentação hábil exigida pela legislação. Com isso, ele atende a mais de uma farmácia, em visível desrespeito para com a sociedade, para com a lei e para com a própria classe, ao ocupar, descriteriosamente, um lugar exigido pelo mercado de trabalho, com sérios danos para os colegas e para o consumidor. A disponibilidade de um profissional exclusivo para cada farmácia, mais que um ditame do Decreto, é uma imposição de natureza ética que jamais deveria ser questionada pela indústria de medicamentos.

O argumento de que a impressão do princípio ativo viria encarecer a embalagem não encontra qualquer respaldo lógico. A impressão, com ou sem o princípio ativo, é um imperativo da própria necessidade comercial. Uma linha a mais ou a menos ao que já existe não é justificativa plausível para o encarecimento do produto, ainda mais diante da possibilidade de se eliminar o nome comercial.

A terminologia técnica jamais causaria confusão ao adquirente, tendo em vista tratar-se de elemento de orientação exclusiva para o médico e para a farmácia, com profundos reflexos no bolso do consumidor. Não cabe diretamente ao usuário qualquer incursão naquilo que lhe está sendo prescrito.

Caso contrário, a partir do entendimento da ABIFARMA, as próprias bulas deveriam ser abolidas...

Segundo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito criada em 1989 para avaliar a situação dos produtos farmacêuticos, existem hoje cerca de 6.000 fármacos disponíveis para a humanidade. No Brasil, eles chegam a se apresentar sob a forma de 50.000 produtos diferentes, enquanto que, na Suécia e na Noruega, eles são desdobrados em apenas 2.300 e 1.870 medicamentos, respectivamente.

A maioria desses 6.000 fármacos constitui-se de derivados, análogos ou congêneres de outros, razão pela qual se tornam dispensáveis. Sob essa perspectiva, muitos países chegaram a selecionar os chamados fármacos essenciais, que deram origem à listagem elaborada pela OMS, suficiente para o atendimento das necessidades de 90% dos brasileiros.

Se o País reduzisse a 600 o número de fármacos utilizados no processamento de remédios, estaria provendo a população de produtos de sua real necessidade, além de economizar substancialmente com a importação de insumos desnecessários, cuja cifra chega 300 milhões de dólares a cada ano, isto é, 1,6% do total de nossas importações.

Anualmente, são oferecidos ao mercado cerca de 70 novos fármacos, a um custo de 100 milhões de dólares por fármaco. Alguns deles são inovações importantes, que deveriam se incorporar à disponibilidades de novos produtos úteis à população. Dessa forma, importar qualidade deveria ser o princípio indicador das políticas para o setor, em detrimento da possibilidade de oferta de produtos inócuos, quando não danosos à saúde.

Em 1980, conduziu-se uma pesquisa muito interessante na Espanha, constatando-se que 54% dos medicamentos ali disponíveis possuíam valor terapêutico potencial aceitável; 22% não possuíam qualquer valor; e mais de 20% eram inaceitáveis para consumo. Concluiu-se, finalmente, que de 10 a 20% de todos os medicamentos eram de fato necessários.

Uma análise profunda da relevância de remédios no Brasil seria da maior utilidade no redirecionamento das medidas a serem tomadas em prol do combate a uma série de moléstias dependentes de sua ação.

A continuar como se encontra o quadro geral, certamente estará sendo enfatizado o descuido para com a saúde da população, cujos efeitos são danosos inclusive à economia como um todo.

Torna-se imperativo, pois, que as autoridades tomem consciência não apenas da relevância do problema, mas, principalmente, da urgência para sua solução.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Na presente sessão, terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1992 (Nº 2.453/91 na Casa de origem), de iniciativa da CPI do Narcotráfico, que dispõe sobre a identificação criminal pelo processo datiloscópico, a coleta e a utilização de informações para conhecimento e controle da criminalidade no País e dá outras providências; e Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1992 (nº 5.579/90 na Casa de origem), que dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.

Aos projetos não foram apresentadas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado Nº 46, de 1992-Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992-Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992-Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992-Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

— 3 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO

SENADO Nº 179, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador José Fogaça, favorável ao Substitutivo, com Requerimentos que apresenta.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das

medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

— Pareceres, sob nºs 49 e 88, de 1991, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania, **1º pronunciamento:** favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta; **2º pronunciamento:** contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

— 5 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob nº 246, de 1992, da — Comissão Temporária.

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição 23, de 1991 (45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob nº 24, de 1992, da — Comissão Temporária.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos.)

34ª Sessão, realizada em 22 de março de 1993

(Publicada no DCN, -Seção II, de 23-3-93)

Retificações

Na página nº 2577, 2ª coluna, no art. 21 do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1993,

Onde se lê:

Art. 21. A Funase gozará de imunidade tributária, nos termos da letra c, item III, do art. 19 da Constituição Federal. **Leia-se:**

Art. 21. A Funase gozará de imunidade tributária, nos termos da letra c, item VI, do art. 150 da Constituição Federal.

Na página nº 2578, 2ª coluna, imediatamente após a assinatura do autor do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1993, inclua-se por omissão o seguinte:

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania—decisão terminativa.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 49, DE 1993

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, e tendo em vista a decisão adotada em sua 9ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de março de 1993, e o que consta do Processo nº 017.323/91-6 resolve:

Demitir, por abandono de cargo, o servidor JOSÉ FERNANDO PIMENTEL SEIXAS, Técnico Legislativo, Área de Segurança, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 132, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 12 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 256, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.632/93-8 resolve:

Alterar o Ato desta Presidência nº 45, de 1986, publicado no DCN, Seção II, de 21 de maio de 1986, para manter aposentada a servidora EDITH BALASSINI, no cargo isolado de provimento efetivo de Diretora, DAS-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 67, 186, inciso III, alínea a, e 250, todos da Lei nº 8.112, de 1990, e artigo 517, inciso VI, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos integrais do cargo efetivo de Diretora, DAS-4, acrescidos de 20% a partir de 26 de fevereiro de 1993, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 12 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 257, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.106/93-5, resolve:

Nomear BALIZEU ALVES MARGARIDO NETO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Suplicy.

Senado Federal, 12 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 258, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.885/93-0, resolve:

Nomear CERES MARIA VERAS DE SANDES e MARGARETH ARAÚJO LIMA, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Biblioteconomia, Classe 3ª, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado pelo Ato da Comissão Diretora nº 33, de 9 de novembro de 1989, e prorrogado por decisão da Comissão Diretora no Processo nº 015.783/91-0, em sua 17ª reunião ordinária, realizada em 28-11-91 e publicada no DCN, Seção II, de 30-11-91.

Senado Federal, 12 de abril de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 259, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato

da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e de acordo com o que consta do Processo nº 004.584/93-7, resolve:

Nomear PAULO DE ABREU REBELLO para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Segundo Vice-Presidente, Senador Levy Dias.

Senado Federal, 12 de abril de 1993. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 538, DE 1991

Que aposentou CARLOS DA FONSECA BRAGA, Analista Leg. Apostila.

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir as vantagens da Resolução SF nº 21, de 1980 e excluir os artigos 62, § 2º da Lei nº 8.112, de 1990 e 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 22 de maio de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO ESPECIAL INCUMBIDA DE ANALISAR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11 DE 1992

1ª Reunião, (Instalação) realizada em 15 de dezembro de 1992

Às dez horas do dia quinze de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reunião nº 5 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores Senadores Alfredo Campos, José Fogaça, Pedro Teixeira, Junia Marise, João França, César Dias, Valmir Campelo, Levy Dias, Beni Veras e Amazonino Mendes, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de apreciar a proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1992, que “Altera os arts. 52, III, 119, 120 e 128, suprime o parágrafo 2º do art. 121, da Constituição Federal, e adita dispositivos ao ato das disposições constitucionais transitórias”. (Apresentado pelo Senador Iran Saraiva e outros Congressistas). Assumindo a Presidência, conforme preceitua o Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Senador Levy Dias declara aberta a reunião, comunicando que a mesma destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da

Comissão e designação do Relator. Em seguida o Senhor Presidente manda providenciar a distribuição de cédulas e designa o Senhor Senador João França para funcionar como escrutinador. Procedida a Votação, a contagem de votos apresenta o seguinte resultado: Para Presidente: João Rocha — 9 votos; Para Vice-Presidente: Valmir Campelo — 9 votos. Assumindo a Presidência o Senhor Senador João Rocha agradece a seus pares em seu nome e em nome do Senhor Senador Valmir Campelo a honra com que foram distinguidos. Prosseguindo, o Senhor Presidente designa como relator, o Senhor Senador Alfredo Campos. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador João Rocha.

2ª Reunião, realizada em 15 de dezembro de 1992

Às onze horas do dia quinze de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reunião nº 05 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores Senadores Alfredo Campos, José Fogaça, Pedro Teixeira, João França, César Dias, Valmir Campelo, Levy Dias, Beni Veras e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de apreciar a proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1992, que “Altera os arts. 52, III, 119, 120 e 128, suprime o parágrafo 2º do art. 121, da Constituição Federal, e adita dispositivos ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. (Apresentado pelo Senhor Senador Iran Saraiva e outros Congressistas). Assumindo a Presidência, conforme preceitua o Regimento Interno do Senado Federal, o Senhor Senador João Rocha declara aberta a reunião, comunicando que a mesma destina-se à apreciação do parecer do senhor relator Senador Alfredo Campos. Em seguida o Senhor Presidente inicia a fase de discussão da matéria, que na oportunidade não se manifestam nenhum dos Senhores Senadores presentes, passando-se a seguir a votação da matéria, quando a mesma é aprovada pela maioria dos membros presentes à reunião. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, Francisco Guilherme T. Ribeiro, Secretário ad hoc da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador João Rocha.

MESA

Presidente

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB – PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marisc – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavour

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odair Soares

LIDERANÇA DO PSB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Lourenberg Nunes Rocha

Vice-Líderes

Valmir Campelo

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Vice-Líder

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP

Líder

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCIJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Márcio Lacerda	MS-3029/30
Ney Suassuna	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MT-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Álvares	ES-3131/32	Vago	
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/3063
Carlos D'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Áureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3001/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Espeditão Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
PSB+PT			

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Ney Suassuna	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3039/30	Vago	
José Sarney	MA-3429/31	Vago	

PFL

Lourival Batista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Álvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

PSDB

Almir Gabriel	PA-3245/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Mariuce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto de O.	- 4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Vago	
------------------	------------	------	--

PSB + PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio de Brito
Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65	Juvêncio Dias	PA-3050/
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	AL-3245/47	Odacir Soares	RO-3218/19
Vago		Belto Parga	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Marco Maciel	PE-3197/98
Henrique Almeida	AP-3191/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Álvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

	PSDB		
Beni Veras	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

	PTB		
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63

	PDT		
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Áureo Mello	AM-3091/92

	PDC		
Moisés Abrão	GO-3136/37	Gerson Camata	ES-3203/04

	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

	PP		
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354.

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tio	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	ES-3154/56
Divaldo Suruagy	RS-3185/86	Mansueto de Lavoura	RS-3076/78
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AC-3227/29
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RO-3064/65

	PFL		
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Marco Maciel	PE-3197/98	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3301/02
Ávaro Pacheco	PI-3085/86	Hydekel Freitas	RJ-3082/83

	PSDB		
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

	PTB		
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

	PDT		
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75

	PRN		
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3111/12
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Ney Suassuna	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3929/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dario Pereira	RN-3098/	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64

PTB

Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3229/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Vago		Lucídio Portella	PI-3055/56
------	--	------------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Irapuan Costa Jr.	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

Secretário: Celso Parente - Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14:30 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Ney Suassuna	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Márcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Ávaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Belto Parga	MA-3069/72	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Vago		Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
---------------	------------	------------	------------

Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-3093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Luiz A. de Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Valmir Campelo	DF-3188/89	Carlos D'Carli	AM-3080/81

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espertidão Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

Secretária:

Ramais 3496/3497/3321

Reuniões: Terças-feiras, às 17 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito — *Inocência Mártires Coelho*

As eleições de 1990 — Ministro *Sydney Sanches*
A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução — *Sílvio Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos sociais e a justiça constitucional — *Paulo Lopo Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas — *Odete Medauar*

Meio ambiente e proteção penal — *René Ariel Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares — *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição — *Sebastião Baptista Affonso*

Servidores públicos — regime único — *Eurípedes Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade, em concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de

cargo ou emprego público — *José Leone Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública — *Jarbas Maranhão*

Auto-regulação e mercado de opções — *Arnoldo Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas — *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime — *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica — *Iduna E. Weinert*

Pesquisas em seres humanos — *Antonio Chaves*

Prolegômenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida con dignidad (la eutanasia) — *Antonio Beristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do Direito — *Elza Roxane Álvares Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças — *Luiz R. Nuñez Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitária — *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a Região Oeste do Paraná — *Rossini Corrêa e Nelson Friedrich*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —

Senado Federal, Anexo I, 22º andar —

Praça dos Três Poderes,

CEP 70160 — Brasília, DF —

Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112)

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil – *Alcides de Mendonça Lima*

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina – *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português – *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição – *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte – *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional – *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) – *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção – *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro – *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação – *Victor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita – *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais – *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público – *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução – *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário – *Antônio de Pádua Ribeiro*

o Poder Normativo da Justiça do Trabalho – *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores – *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais – *Marcos Jurueña Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro – *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico – *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo – *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa – *Rubem Nogueira*

PESQUISA – Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF – Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal – CGA 470775.